

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA

NATÁLIA DA SILVA TEIXEIRA

**O PAPEL DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE  
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

VITÓRIA  
2017

NATÁLIA DA SILVA TEIXEIRA

**O PAPEL DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE  
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Esp. Juliane de Araújo Barroso

VITÓRIA  
2017

NATÁLIA DA SILVA TEIXEIRA

**O PAPEL DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE  
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, por:

\_\_\_\_\_  
Prof. Esp. Juliane de Araújo Barroso - Orientadora

\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Camila Lopes Taquetti, UCV

\_\_\_\_\_  
Juliana Soares e Soares – Supervisora de Campo (Secretaria Municipal de Obras e  
Habitação – SEMOHAB).

Dedico este trabalho aos meus pais e principalmente para minha mãe, sou grata por ser meu ponto de equilíbrio e oração. Amo vocês!

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade que me concedeu de ingressar na faculdade, por ser o centro da minha vida. Toda glória seja dada a Ele, para sempre.

Em segundo lugar, de modo importante, sou grata aos meus pais por todo apoio e incentivo ao longo de toda a minha vida e em especial a estes 4 anos de graduação. De maneira singular, quero agradecer a minha mãe por ser minha melhor e maior amiga desde sempre e que é minha base de sustento, oração, colo e amor. Obrigada mãe, por fazer todos os momentos serem únicos na minha vida. Pai, mãe, palavras não serão suficientes para descrever o quanto amo vocês e agradeço a Deus pela vida de vocês. Obrigada!

Agradeço a todos os professores que passaram na minha vida durante essa fase de graduação, mas, de forma especial, quero agradecer duas professoras que admiro muito: a minha orientadora e professora Juliane de Araújo Barroso por todo apoio durante esta fase final do curso, obrigada pela paciência e sinceridade. Quero agradecer também a minha professora Camila Lopes Taquetti pelo incentivo que me deu no decorrer do curso. Sou totalmente grata!

Agradeço também as minhas amigas da faculdade que se tornaram peças-chaves e fundamentais na minha vida acadêmica e pessoal. Aveline, Helena, Joyce e Thalita, obrigada por tudo meninas, a amizade de vocês é essencial para minha vida. Aveline, obrigada por ter me acompanhado em vários momentos difíceis deste trabalho, seu apoio foi muito especial e significativo pra mim, em alguns momentos, as lágrimas eram as mesmas, mas vamos olhar para trás e dizer: valeu a pena! Obrigada por tudo, sempre serei grata. Amo vocês!

Deixo aqui registrado o meu agradecimento a minha supervisora de campo, Juliana Soares e Soares por toda dedicação e paciência que teve comigo durante meu estágio. Agradeço a Deus por ter colocado uma profissional de grande competência na minha vida e nos meus caminhos relacionados à prática da nossa profissão. Obrigada Juliana, carregarei para sempre na minha vida.

Finalizo, agradecendo de modo especial a todos os meus amigos que estiveram comigo nesta caminhada tão importante e única na minha vida. Obrigada!

“A persistência é o caminho do êxito” - Charles Chaplin.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir o papel das lideranças comunitárias no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) no município de Vitória/ES. E possui os seguintes objetivos específicos: identificar as ações e atuações das lideranças comunitárias na política habitacional de Vitória/ES; Identificar as principais demandas apresentadas pelas lideranças comunitárias, enquanto conselheiros, ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS). Para a realização deste estudo foi utilizado um roteiro semi-estruturado que dão margens a respostas abertas, este roteiro continha questões que possibilitavam a melhor compreensão acerca do papel destas lideranças no CMHIS. Também foi utilizada a pesquisa do tipo qualitativa. Vale destacar que se trata de um estudo exploratório, o que possibilita uma abordagem de novos estudos acerca deste tema, proporcionando assim, maiores conhecimentos sobre este objeto de estudo. Este estudo faculta observar a trajetória dos movimentos sociais a partir da época da ditadura e como este histórico no Brasil desencadeou uma série de fatores acerca do desenvolvimento do País. Destaca-se também neste estudo, as associações de moradores e as participações comunitárias e ainda, os conselhos de direitos e como estes processos tem um grande fundamento sobre o tema principal este trabalho. Ao longo da discussão sobre as categorias teóricas, poderemos relacionar com a análise e tratamento dos dados coletados durante as entrevistas, onde teremos a oportunidade de conhecer este processo na prática, e também como se dá o processo das lideranças comunitárias inseridas no CMHIS.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Lideranças Comunitárias; Conselho de Direitos.

## ABSTRACT

This paper aims to discuss the role of community leaders in the Municipal Council of Social Interest Housing (CMHIS) in the city of Vitória / ES. It has the following specific objectives: to identify the actions and actions of community leaders in the housing policy of Vitória / ES; Identify the main demands presented by the community leaders, as counselors, to the Municipal Council of Housing of Social Interest (CMHIS). In order to carry out this study, the semi-structured questionnaire technique was used that give margin to open answers, this questionnaire contained questions that allowed a better understanding about the role of these leaderships in the CMHIS. And the qualitative research technique was also used. It is worth mentioning that this is an exploratory study, which makes it possible to approach new studies about this topic, thus providing, more knowledge about this object of study. This study makes it possible to observe the trajectory of social movements from the time of the dictatorship and how this historical in Brazil triggered a series of factors about the country's development. Also noteworthy in this study were the associations of residents and community participation, the rights councils and how these processes have a great foundation on the main theme this work. Throughout the theoretical discussion about the theoretical categories, we can relate to the analysis and treatment of the data collected during the interviews, where we will have the opportunity to know this process in practice, as well as the process of the community leaders inserted in the CMHIS.

**Keywords:** Social movements; Community Leadership; Council of Rights.



## **LISTA DE SIGLAS**

CMHIS – Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MSU – Movimentos Sociais Urbanos

SEHAB – Secretaria de Habitação

SEMOHAB – Secretaria Municipal de Obras e Habitação

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

PT – Partido dos Trabalhadores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DC – Desenvolvimento de Comunidade

CPV – Conselho Popular de Vitória

OP – Orçamento Participativo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>23</b>
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS .....	23
<b>2.1.1 Breve histórico dos movimentos sociais no Brasil .....</b>	<b>26</b>
2.1.1.1 Movimentos sociais urbanos no Brasil e a Luta pela Moradia.....	31
2.2 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....	37
2.3 CONSELHO DE DIREITOS: INSTÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL .....	44
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>55</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	55
3.2 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA .....	55
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	56
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS .....	57
3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA .....	58
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>61</b>
4.1 TEMPO DE LIDERANÇA COMUNITÁRIA E NO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS).....	64
4.2 PARTICIPAÇÃO NAS ASSOCIAÇÃO DE MORADORES .....	66
4.3 PARTICIPAÇÃO EM INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO .....	68
4.4 SOBRE O ENTENDIMENTO ACERCA DO CONSELHO DE HABITAÇÃO .....	68
4.5 PAPEL DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS INSERIDAS NO CMHIS .....	70
4.6 SOBRE AS DEMANDAS APRESENTADAS PELA POPULAÇÃO AOS CONSELHEIROS .....	72
4.7 SOBRE A PERCEPÇÃO FRENTE A POSSIBILIDADE DO CMHIS SER UM ESPAÇO PARA UMA PARTICIPAÇÃO EFETIVA.....	74
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema, o papel das lideranças comunitárias no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) no município de Vitória/ES. O referido espaço por sua vez possui um caráter deliberativo e com a finalidade de assegurar a participação da sociedade civil na elaboração e implementação de programas e projetos habitacionais (VITÓRIA, 2013).

A principal motivação para a realização desta pesquisa surgiu através do campo de estágio na Secretaria Municipal de Obras e Habitação (SEMOHAB), onde se realizam a cada dois meses, as reuniões do (CMHIS).

Esta pesquisa tem como objetivo geral discutir a participação das lideranças comunitárias no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) no município de Vitória/ES, sobretudo com ênfase no que se refere ao problema da pesquisa que é como se configura a participação desses líderes comunitários no conselho, ou seja, como é a participação destes representantes nesta denominada instância.

A pesquisa tem como objetivos específicos: identificar as ações e atuações das lideranças comunitárias na política habitacional de Vitória/ES; Identificar as principais demandas apresentadas pelas lideranças comunitárias, enquanto conselheiros, ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS).

O CMHIS é vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB<sup>1</sup>, tem como competências propor e participar da deliberação sobre a execução de projetos e programas de urbanização, construção de moradias e ainda, acompanhar e avaliar a execução da Política Municipal de Habitação (VITÓRIA, 2013).

Herkenhoff (1995) destaca que a figura do líder, é vista como “chefe de um grupo”, responsável para trazer segurança para a equipe. Na cidade de Vitória, “[...] as lideranças comunitárias e associações de moradores/movimentos comunitários, surgiram na luta pelo acesso às melhorias urbanas” (HERKENHOFF, 1995, p.62).

---

<sup>1</sup> De acordo com o Decreto Nº 16.993 de 30/03/2017, fica instituída a Secretaria de Obras e Habitação (SEMOHAB), extinguindo a Secretaria de Habitação (SEHAB), (VITÓRIA, 2017).

Segundo Carvalho ([2013]), o Conselho é uma esfera que desempenha um papel de relacionar o Estado com a sociedade civil. Deste modo, os representantes inseridos no conselho, estão atuando em um espaço que objetiva levantar as demandas de interesse da população e encaminhá-las para um órgão responsável.

Em todo o momento da pesquisa e, sobretudo no referencial teórico, o enfoque será voltado para a questão urbana, envolvendo os espaços de moradia e as questões relacionadas às áreas habitacionais no Brasil e principalmente, no município de Vitória/ES, que é a localização do nosso estudo.

Nesta pesquisa, teremos a possibilidade de explorar a questão da participação popular e seu papel no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS). Abordaremos também as possibilidades e desafios encontrados pelos conselheiros entrevistados, nesta instância.

Para alcançar os objetivos propostos, abordaremos reflexões necessárias para melhor entendimento do tema, como: Movimentos sociais, lideranças comunitárias presentes no CMHIS e os conselhos gestores.

Na primeira seção, abordaremos o contexto histórico e teórico acerca dos movimentos sociais no Brasil a partir do período da ditadura militar, visto que, era um período com bastante repressão e censura principalmente no que diz respeito aos movimentos sociais, onde eram impedidos de exercerem sua liberdade de reivindicação. (PEREIRA, 2001).

Já na segunda seção, contextualizaremos a importância do líder comunitário nos devidos espaços urbanos, sua participação na comunidade, nas associações de moradores do bairro e principalmente, sua representação no conselho de habitação. Conforme Teixeira (2002) destaca, as associações de moradores desempenham funções significativas para a sociedade e a comunidade como um todo.

E por último, na terceira seção do referencial teórico, discutiremos o conceito e a importância dos conselhos na vida cotidiana do cidadão e sua participação nas esferas municipais. E abordaremos também a relação da sociedade civil com o Estado. Este estudo é importante para compreendermos com mais clareza a importância e o surgimento dos conselhos gestores. (CARVALHO, [2013]).

Outro relevante aspecto para se destacar deste trabalho, é que se trata de uma pesquisa exploratória, ou seja, esta pesquisa objetiva-se em tornar a pesquisa mais

exposta e com maior clareza para o leitor. Este estudo exploratório diz respeito também as mais variadas descobertas sobre o tema estudado. (GIL, 2002).

Visto que se trata de uma pesquisa exploratória, nota-se que pouco se tem discutido sobre o papel das lideranças comunitárias inseridas em algum conselho deliberativo. Com isto, será possível compreender com maior nitidez sobre a função destes representantes inseridos tanto no conselho quanto na comunidade diretamente, já que as lideranças comunitárias, na maioria dos casos, são figuras ativas no bairro em que vivem e com isso, podem perceber com maior clareza os problemas e desafios enfrentados pela população no bairro e deste modo, buscar soluções para resolver tais demandas do bairro e encaminhá-las para órgãos competentes.

Por seguinte, serão observados os resultados adquiridos através da coleta de dados. A fase da coleta de dados se deu por meio de entrevistas, em forma de um roteiro, com as lideranças comunitárias, representantes do CMHIS, para maior aprofundamento no que diz respeito a esta figura ativa no bairro em que habita e também em um órgão deliberativo.

Concluindo, apresentaremos as considerações finais sobre o tema proposto, as reflexões sobre as categorias teóricas e as observações acerca das coletas de dados.

Como a presente pesquisa tem como objetivo geral discutir qual é o papel das lideranças comunitárias, enquanto representantes do CMHIS, almeja-se que este trabalho possa contribuir para o conhecimento mais específico sobre os conselhos gestores, principalmente, o conselho de habitação de interesse social.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS

Antes de iniciar a discussão sobre movimento social na atualidade, vale realizar um breve histórico acerca dos seus desdobramentos, transformações e reflexos na sociedade, onde destacaremos estes movimentos sociais com maior destaque na área urbana, relacionando com o tema de pesquisa deste trabalho, no qual abordará o papel das lideranças comunitárias no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) no município de Vitória/ES.

Percebe-se que população brasileira carrega consigo uma história de lutas e manifestações em prol de um bem em comum: acesso à garantia dos direitos. Vários movimentos sociais marcam a história do Brasil, sendo que todos os movimentos sociais possuem viés políticos, econômicos, sociais, urbanos e entre outros conforme será destacado no texto.

Para conceituar sobre a questão dos movimentos sociais, Souza (2008) enfatizará aspectos relevantes sobre sua caracterização.

Movimentos sociais são formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social. [...] A importância dos movimentos sociais está no papel que eles passam a desempenhar no processo de organização popular [...] (SOUZA, 2008, p.99).

Segundo Sousa e Castro (2013), os movimentos sociais expressam a necessidade do povo que se organiza e luta por uma causa que interfere na vida da sociedade.

Os autores ainda completam que os movimentos sociais atuam contra uma ordem detentora dos meios de produção.

Os objetivos dos movimentos sociais eram fazer com que o Estado garantisse os direitos para a sociedade, envolvendo direitos relacionados ao trabalho como a carga horária, salário entre outros e os que envolvam melhores condições de vida como é o exemplo da habitação, lazer, saúde e outros. (SOUSA; CASTRO, 2013).

Os movimentos sociais vão se organizar e lutar em prol dos direitos que a sociedade possui e buscar outros não existentes. Os autores destacam que as lutas e as mobilizações vão ocorrer tanto no espaço urbano quanto no espaço rural, com o



objetivo de assegurar o acesso aos direitos para o povo de ambos os âmbitos. (SOUSA; CASTRO, 2013)

De acordo com Vieira (apud SOUSA; CASTRO, 2013), a finalidade dos movimentos sociais não é simplesmente estar em função do poder, e sim a luta da sociedade civil para que o Estado cumpra com a efetivação dos direitos e as necessidades do povo. Interessa aqui salientar, a importância da sociedade civil organizada no processo de mobilizações e lutas. As lutas, mobilizações e movimentos são algumas das características da sociedade civil, sociedade esta que expressa o seus desejos e lutam por seus interesses. (DURIGUETTO, 2014).

Sobre sociedade civil, Nogueira (2011), revela uma característica crítica e relevante sobre este espaço, onde diz que: “É no âmbito do projeto democrático que se põe efetivamente a questão da sociedade civil. Fora daí, ela não faz muito sentido, ou, o que dá no mesmo, tem um sentido estreito e limitado.” (NOGUEIRA, 2011, p.105-106).

Ainda sobre os conceitos e características sobre sociedade civil, Duriguetto (2014) pontua que são espaços no qual os cidadãos lutam para garantirem seus direitos e para evidenciar suas solicitações a fim de “[...] manterem sua hegemonia e/ou para lutarem para a formação de uma contra-hegemonia à dominante [...]” (DURIGUETTO, 2014, p.8).

A autora ainda pontua que a “[...] sociedade civil não é apenas a esfera da produção da dominação e do consenso dos interesses e projetos das classes dominantes e de suas expressões no Estado” (DURIGUETTO, 2014, p.8), mas, a sociedade civil também é um campo propício para desenvolver a hegemonia, ou seja, a liderança e/ou influência em relação aos demais.

Para o marxista italiano Antônio Gramsci, após a segunda metade do século XIX, assistimos ao desenvolvimento de “aparelhos privados de hegemonia” no campo da sociedade civil. Estes aparelhos constituem-se no desenvolvimento das organizações que representam os interesses das classes dominantes e subalternas (partidos, sindicatos, movimentos sociais, etc), no desenvolvimento dos aparatos ideológicos, jurídicos e legais do Estado, nas organizações de elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias. Assim, sociedade civil seria uma das esferas em que as classes se organizam para defender e expressar seus interesses e demandas, para manterem sua hegemonia e/ou para lutarem para a formação de uma contra-hegemonia à dominante, que no caso, seria a dos projetos societários do conjunto das organizações e movimentos sociais das classes subalternas. Não obstante esse palco de disputa de projetos que se desenvolvem na sociedade civil, não devemos esquecer que nela efetiva-se uma ação estatal voltada para o exercício da busca do consenso e da hegemonia das classes dominantes e o exercício da dominação e da coerção (presentes nos chamados “aparelhos coercitivos do Estado”)

quando “fracassa” o consenso espontâneo. Essa apreensão integral da ação estatal – utilização do consenso e da coerção – expressa, em Gramsci, a forma ampla do exercício da dominação pelas classes dominantes. (GRAMSCI apud DURIGUETTO, 2014, 7-8).

Ainda sobre a questão da hegemonia, Montañó e Duriguetto (2011, p.337), vão destacar que “[...] para os diferentes movimentos sociais de maior protagonismo na sociedade civil em contextos diversos, podemos visualizar um processo, um movimento dos movimentos sociais”. Processo este, que os autores enfatizam que este movimento dos movimentos sociais caracteriza um método de enfrentamento na luta pela hegemonia, ou seja, uma influência na sociedade civil. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Focalizadas em enfrentar as desigualdades impostas no cotidiano, as lutas e mobilizações da sociedade civil organizada, evidenciam os interesses e demandas relacionadas ao enfrentamento das desigualdades sociais.

Duriguetto (2014, p.8) realça que “[...] as lutas sociais são o desdobramento sociopolítico, no campo da sociedade civil, das contradições do desenvolvimento capitalista que se materializam na chamada questão social”. Sobre questão social, a autora enfatiza que são as expressões das desigualdades sociais e econômicas existentes na vida de toda a sociedade. Sendo assim, vale destacar que:

Entendemos por questão social o conjunto das expressões das desigualdades econômicas que são conformadas pela produção coletiva da riqueza - gerada pelos trabalhadores, destituídos dos meios de produção - e pela sua apropriação privada pelos proprietários dos meios de produção. Questão social expressa, assim, a configuração da sociedade de classes. [...] (DURIGUETTO, 2014, p.7).

As lutas, por parte da sociedade civil organizada, objetivam-se também no enfrentamento contra todas as formas de preconceito e descriminalização, a retirada dos direitos e entre outras formas de repressão que muitos movimentos vivenciam. (DURIGUETTO, 2014).

Os movimentos sociais expressam uma respeitável influência na sociedade, seus traços, desdobramentos e reflexos, visam uma notória participação da sociedade acerca das lutas pela efetivação da democracia e pela garantia e acesso aos seus direitos, “[...] os movimentos sociais são protagonistas na luta pela construção de uma democracia mais ampla, capaz de incorporar demandas preteridas pelos setores hegemônicos”. (TRINDADE, 2017, p.226-227).

[...] os movimentos sociais são o coração da sociedade, são agentes de sua própria história. Eles procuram resgatar uma historicidade dilacerada pelo

capitalismo. [...] Eles não são agentes de transformação para um outro modo de produção, mas para uma outra ordem social, dentro do próprio capitalismo, menos selvagem, mais igualitário. (TOURAINÉ apud GOHN, 1991, p.27).

Ao falarmos dos movimentos sociais no âmbito das lutas de classe, se torna indispensável pontuar a análise que Gohn destaca de Thompson, onde enfatizam que “é a luta que forma a classe” (THOMPSON apud GOHN, 1991, p.25), ou seja, a construção da classe se dá através da luta.

Souza (2008) completa ainda que as lutas e enfrentamentos que contemplam os movimentos sociais na atualidade condizem com a história da classe trabalhadora, cuja lutas não são isoladas e sim coletivas, visto que, a população trabalhadora desencadeará meios e ações na garantia de seus direitos.

Montaño e Duriguetto (2011, p.117) destacam dois tipos de lutas manifestadas em diversas maneiras no cotidiano: lutas de classes e lutas sociais. “[...] as lutas sociais estão presentes diretamente nas contradições estruturais (capital-trabalho) e nas suas manifestações (refrações da questão social), configurando formas e espaços das lutas de classes”. Os autores completam ainda que tais lutas não expressam contradições entre si, suas particularidades estão em suas organizações, desenvolvimento, o prazo, ou seja, a real diferença está na maneira de como elas se manifestam em seus movimentos.

### **2.1.1 Breve histórico dos movimentos sociais no Brasil**

Acerca de sua trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil, teremos como referência ou ponto de partida, o período da ditadura militar, na década de 60. Quando, por sua vez, os movimentos sociais foram alvos de repressão, visto que, era um período onde o regime militar estava em evidência no Brasil.

Acerca sobre os governos no Brasil, no final da década de 50 e início da década de 60, são vários os acontecimentos que marcam o País. No ano de 1961, Jânio Quadros renunciou meses após tomar posse, visto que, era um governo com práticas conservadoras e autoritárias. (PEREIRA, 2001).

Conhecido também como Jango, João Goulart (1961-1964), assumia o governo em um período de muitas tensões (PEREIRA, 2001).

[...] vale apontar que João Goulart assumiu a presidência em um momento marcado por choques ideológico entre a esquerda e a direita radicais, e por graves crises políticas e econômicas, acontecimentos estes que colocavam em risco o regime democrático, período esse que coincidiu com o fim do parlamentarismo e a restituição do sistema presidencialista (SOUZA apud SILVA, 2016).

Grande marco na história do Brasil, o País era submetido a um golpe. O golpe de Estado de 1964, período da ditadura militar, diz respeito a uma fase onde a repressão se fazia presente na história do Brasil. Fase essa em que os movimentos sociais eram impedidos de expressar suas reivindicações. (PEREIRA, 2001).

O autor ainda completa que “o golpe de Estado de 64 foi recebido com simpatia por algumas instituições sociais como grande parte da Igreja Católica, do empresariado nacional e de organizações familiares da alta e média burguesia [...]”. (PEREIRA, 2001, p.114).

Netto (2011) destaca que a classe burguesa detém o poder sobre as classes subalternas, ou seja, uma autocracia em relação ao povo, onde o autor enfatiza que “[...] as dimensões principais do sistema autocrático que se ergue a partir do golpe de 1964 são as que transcendem a pura reiteração (com maior ou menor ênfase) dos traços consagrados na formação brasileira [...]” (NETTO, 2011, p. 27).

Neste período de repressão, o Ato Institucional Número 5 (AI-5), também era considerado um golpe na democracia. Sobre o AI-5, Netto (2006, p.77) apontava que este ato, era “o golpe no golpe”. “As profundas medidas repressivas do regime militar, nos anos que se seguiram ao AI-5, geraram desmobilização em muitos setores significativos [...]”. (PEREIRA, 2001, p.117).

Ainda sobre a AI-5, Montañó e Duriguetto (2011, p.271), completam ainda que este ato, “[...] decreta o fechamento do Congresso, [...] o fim do habeas corpus e implantação da censura prévia nos meios de comunicação [...] o fim das eleições diretas para presidente e governador [...]”.

Não obstante o aparato repressivo-militar (que promoveu prisões, torturas e assassinatos de presos políticos, e levou os militantes políticos à clandestinidade e ao exílio), a proibição de greves e intervenção e fechamento dos sindicatos de trabalhadores, com profundas repercussões nas organizações e lutas sociais, ocorreram várias ações de resistência e movimentos de protesto e pressão pelo fim da ditadura no país. O ano de 1968 foi, também no Brasil, emblemático para as resistências. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 272).

Ainda sobre a clandestinidade de militantes políticos, Pereira (2001), vai completar que este ato, foi a única alternativa dos militantes continuarem no Brasil.

A clandestinidade política foi a alternativa que muitos militantes de esquerda encontraram para continuar no País, combatendo o regime militar, entre 1964 e 1979. Paralelamente, na década de 70, os pequenos grupos remanescentes iniciaram um processo de autocrítica dos acontecimentos passados, principalmente em relação à postura vanguardista, às referências totalizadoras e à desvinculação de suas bases populares (PEREIRA, 2001, p.116).

Na década de 1970, os movimentos ganharam força, surgiram e/ou ressurgiram vários movimentos sociais, com o propósito de assegurar, para todo o povo, os direitos sociais que eram negados. Os movimentos de classe (sindicais, urbanos e rurais), lutavam por melhores condições de vida, pensando no coletivo, como é o exemplo de áreas como a moradia, saúde, lazer, transporte e entre outros. (GOHN, 1991).

Gohn (1991) enfatiza que os movimentos populares nesta década, eram ligadas a “lutas isoladas” por água e transporte por exemplo. Tais movimentos eram apoiados por setores que também lutavam contra o regime militar e todas as formas de repressão que vivenciavam. A autora completa ainda que o opositor destas lutas e movimentos era o Estado e a burguesia.

Souza (2008) ressalta que em meados da década de 70, o Estado viabilizou ferramentas para consolidar maior aproximação com a sociedade civil. Os movimentos sociais, não conseguem alcançar seus objetivos se deixarem o Estado “de lado”, ou seja, deixando o Estado estagnado. A autora pontua ainda que “[...] os movimentos sociais trabalham sobre o legítimo, e o Estado, sobre o legal”. (SOUZA, 2008, p.108).

[...] o processo de legalização de muitas reivindicações, por vezes, tem sido dado como meio de dispersar a população, não sendo posteriormente o mesmo levado à prática. Deste modo, a luta das camadas populares tem-se orientado para o cumprimento não só do legítimo, mas também do legal. (SOUZA, 2008, p.108).

Destarte, a relação entre o Estado com a sociedade civil se intensifica, tornando as reivindicações dos movimentos logo atendidas pelo Estado, mas com o objetivo de distrair a população e não torná-las efetivas (SOUZA, 2008).

Pereira (2001) pontua que entre as décadas de 1975 e 1985, o Brasil vivencia grandes marcos históricos. No qual as reivindicações urbanas e os trabalhos por parte da Igreja Católica e também das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde “[...] possibilitaram importantes articulações políticas no meio sindical, nos partidos e em várias instituições da sociedade civil”. (PEREIRA, 2001, p.123).

Um dos grandes marcos democráticos para o País na década de 1980 foi a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, tal constituição estava “[...] determinando assim formas mais amplas e democráticas de condução das políticas públicas”. (GURGEL; JUSTEN, 2013, p.360).

Gohn (1991, p.9) destaca que na década de 80 “os movimentos populares se transformaram”.

É importante registrar, nas mudanças ocorridas na década de 80, uma certa inversão nos cenários dos movimentos sociais, em relação ao papel dos agentes e atores sociais que interagem com eles. Enquanto nos anos 70 e início de 80 era a sociedade civil o principal sustentáculo de apoio aos movimentos, destacando-se setores da Igreja Católica, no final dos anos 80 passa a ocorrer uma transferência de apoios para a sociedade política, que deixa de ser, na figura do Estado, o “inimigo aparente” dos movimentos populares. (GOHN, 1991, p.15)

Devido à crise e a situação econômica em que o Brasil se encontrava, o desemprego se alastrou no início da década de 80. Devido a esta situação de crise, alguns analistas denominaram essa fase de “década perdida” por conta do alto índice de desemprego. (GOHN, 1991).

[...] o desemprego, o aumento dos aluguéis, a mudança da legislação na área do solo urbano dificultando a constituição de novos loteamentos populares, o aumento desproporcional do preço das tarifas de transporte, o esgotamento dos espaços disponíveis nas favelas etc. levaram as invasões coletivas de áreas urbanas e à constituição de movimentos de luta pela moradia. As diferentes formas de luta [...], todas elas já iam nascendo posicionadas, ou seja, com caráter e marcas políticas e/ou partidárias, definidas, segundo o grupo de assessoria a que se articulavam ou as posições das lideranças populares que assumiram a direção de suas ações [...] (GOHN, 1991, p.13-14)

Entretanto, nos anos 80, surgiram caminhos e novidades no ramo da política. Esta década foi de suma importância, Gohn (1991, p.11), destaca que tais anos “foram de politização do setor social, de generalização da política para toda a sociedade”.

No período das eleições, o aumento das mobilizações e movimentos obteve uma expansão significativa. A partir deste momento, a sociedade civil organizada elaborou planos e projetos de leis, de forma que suas reivindicações passassem por mecanismos legais e pautados em lei. (GOHN, 1991).

Pereira (2001) pontua que neste período, ocorreu no Brasil o Movimento de Redemocratização, cujo destaque era a campanha das “Diretas Já”<sup>2</sup>, onde a

---

2 Montañó e Duriguetto (2011, p.274) enfatizam que as “‘Diretas Já’ constituíram o maior movimento de massa que o Brasil já teve [...] cuja emenda necessitava da maioria de 2/3 do Congresso para sua aprovação. A emenda foi votada em abril de 1984 e não conseguiu essa maioria qualificada”

população reivindicava a retomada do direito ao voto, onde os candidatos às eleições passavam a ser eleitos através do voto popular, democraticamente. O referido movimento se objetivava para “restabelecer a democracia no país por meio de eleições diretas para Presidente da República” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.274).

Na década de 80, foi criada uma nova organização partidária através de militância, o Partido dos Trabalhadores (PT). Anos depois, foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que surgiu no ano de 1983, onde suas lutas se objetivavam na garantia de direitos que não estavam sendo cumpridos. A CUT também possuía como objetivos, a conquista por novos direitos e a regulamentação dos mesmos na legislação. (PEREIRA, 2001).

Gohn (2011, p.342) pontua que é “inegável que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, [...] para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988”.

Com o fim ditadura, o país viveu um período mais democrático, e o contexto do processo constituinte que gestou a Nova Constituição Federal, que foi é marcado por grande pressão social. A Constituição Federal de 1988 foi um marco simbólico que reinventou a nossa cidadania, e um marco da transição democrática e da nacionalização dos direitos humanos no país. A Constituição Federal situou-se no âmbito da Seguridade Social e abriu caminho para os avanços que se seguiram (CFESS apud SILVA, 2016, p. 36-37).

Os movimentos sociais ganharam visibilidade e espaço através de lutas, conquistas e trabalhos. O grande desafio estava na luta pela democracia e no caminho de intentar políticas públicas norteadas a fim de atender as necessidades da sociedade. Diversos movimentos, no final da década de 80, começavam a apresentar certa vulnerabilidade, em comparação ao início desta década, no qual aparentavam estarem mais ímpetos. (VIANA, 2000).

No ano de 1989, Fernando Collor de Mello (Collor) era eleito democraticamente no país, o primeiro a ser eleito após a Constituição de 1988, cujo mandato se deu no período de 1990 a 1992. Em seu governo, Collor foi acusado de esquema de corrupção e com isso a população foi às ruas pedindo a saída do Presidente com gritos e protestos de “Fora Collor”. Após intensas maneiras de manifestação, a população brasileira vivenciava em sua história, o impeachment do presidente Collor. (SALLUM JUNIOR; CASARÕES, 2011).

Até o final de 1991, a convocação do impeachment de Collor, traduzida no lema “Fora Collor”, era entendida pelo campo majoritário do partido como uma política de risco institucional, uma vez que as atividades de mobilização social estavam em descenso naquele momento e que, portanto, estava aberta a possibilidade de golpes políticos por parte dos setores dominantes. (MARTUSCELLI, 2010, p.554).

Também na década de 1990, surgiram outras formas de manifestação social, como por exemplo: Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). O MNLN registra como um de seus objetivos, a luta pelos espaços urbanos. (FERREIRA, 2001). A autora completa ainda que o MNLN tinha a “proposta de envolver a organização e articulação nacional dos movimentos de luta pela moradia, unificando suas lutas pela conquista da moradia e do direito fundamental à cidade”. (FERREIRA, 2012, p.4).

A concepção do direito à cidade, conforme enunciada na década de 60 por Lefèbvre (2008), envolvendo não só o direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida, mas também o direito à criação, à atividade participante e à apropriação da cidade, influenciou esta rede, que atua desde o processo de redemocratização e construção de uma nova Constituinte (1987) até os dias atuais (LEFÈBVRE apud FERREIRA, 2012, p.2).

A luta por espaços urbanos se expande para o direito à cidade, conforme foi destacado acima, o direito à cidade contempla todos os indivíduos da sociedade, não sendo, portanto, lutas individuais. Sociedade esta que tem direito a intervir nas decisões e melhorias do espaço em que habitam. “O direito à cidade tem a ver com o direito de apropriação do espaço, que, como lembrado por Lefebvre, é muito diferente do direito de propriedade” (LEFEBVRE apud TRINDADE, 2017, p.138). A seguir discutiremos especificamente sobre os movimentos sociais urbanos.

#### 2.1.1.1 Movimentos sociais urbanos no Brasil e a Luta pela Moradia

Voltado para questões ligadas à cidade, moradia e espaços urbanos em geral, os movimentos sociais urbanos surgiram na década de 70. Destacam-se nestes movimentos, manifestações e mobilizações no que dizem respeito à problemática urbana. Souza (2008, p.102) refere-se a este movimento, como um “fenômeno próprio da atualidade”.

No Brasil, a temática dos movimentos sociais urbanos surge como objeto central de investigação entre alguns cientistas sociais, na década de 70, num momento histórico em que estes movimentos começavam a se projetar na cena política por dois motivos básicos: um de ordem estrutural – o agravamento da falta de condições de infra-estrutura urbana e o rebaixamento salarial, portanto, o aumento da exploração econômica e da espoliação urbana. O segundo motivo era de ordem conjuntural – o regime



político-militar e a ausência ou repressão de espaços já tradicionais de participação popular, tais como partidos e sindicatos. (GOHN, 1991, p.33).

Os movimentos sociais urbanos carregam consigo características relacionadas ao espaço urbano. “À luta pela redemocratização e elaboração da Constituição Cidadã de 1988, sucedeu-se a luta dos movimentos sociais urbanos por uma política voltada para a habitação popular.” (SILVA, 2016, p.55).

Sobre a problemática urbana e sobre os movimentos sociais urbanos, no sentido real da palavra, são movimentos com características envolvendo aos problemas do espaço urbano, onde a sociedade luta por melhorias na questão urbana. São movimentos sociais urbanos por conterem manifestações e mobilizações que envolvam o solo como um todo, expandindo para áreas de consumo coletivo, ligadas a saúde, transporte, habitação, lazer e entre outras áreas com enfoque urbano. (GOHN, 1991).

A luta pela moradia reflete na vida de toda a sociedade, onde os cidadãos tornam-se ativos nos enfrentamentos dos problemas que envolvem a cidade e o local em que vivem. Os movimentos sociais urbanos possuem objetivos ligados diretamente à questão urbana, no qual os mecanismos por melhores condições de acesso aos serviços urbanos se tornam pautas para movimentos deste conjunto de questões ligadas ao espaço urbano e suas características. (GOHN, 1991).

Os movimentos sociais urbanos podem ser entendidos hoje como um fato diferenciador da sociedade capitalista atual, tendo como característica essencial um questionamento da ação estatal na distribuição de benfeitorias urbanas e dos equipamentos de consumo coletivo. Se por um lado assumem um caráter econômico, incidindo sobre a qualidade de vida urbana, por outro lado assumem um caráter basicamente político, configurando-se enquanto eixos significativos para se compreender de uma nova forma a dinâmica da realidade urbana a partir das suas contradições (JACOBI, [198-], p. 221-222).

Jacobi ([198-], p.222) realça uma referência importante sobre este estudo, onde diz que “os movimentos têm surgido das contradições que se expressam no cotidiano da população na sua condição de moradores.” As necessidades básicas dos cidadãos carecem de recursos nas mais diversas áreas do espaço urbano, afetando muitas vezes, a qualidade de vida dos moradores de um determinado espaço.

A distribuição espacial da população tem um caráter socioeconômico, sendo um reflexo da divisão social do trabalho e uma extensão dela. Assim, a exploração da mão-de-obra, que ocorre no âmbito da produção, corresponde a tantos outros processos no âmbito do local de moradia quanto a qualidade de vida, no que se refere a bens, serviços e equipamentos. São os processos de espoliação e pauperização da classe trabalhadora (GOHN, 1997, p.201).

A luta da sociedade por melhores condições de vida e moradia se tornam componentes de grande destaque nos setores que interferem o direito fundamental à cidade. As mobilizações desta sociedade no contexto urbano impactam diretamente no cotidiano de cada indivíduo, que contestam direitos básicos para melhor sobrevivência no espaço urbano. (SOUZA, 2008).

Souza (2008) enfatiza que os movimentos urbanos correspondem às dificuldades encontradas na área urbana, envolvendo os problemas de moradia, correspondentes também ao transporte, luz, creche, entre outros problemas e insatisfações que cercam o meio urbano.

Um ponto importante da análise de Gohn (1991, p. 34), sobre os movimentos sociais urbanos, é que eles “[...] não se restringem às camadas populares, embora sejam significativos entre estas camadas [...]”. Os movimentos populares urbanos possuem aspectos diferenciados quanto às mudanças ocorridas na sociedade segundo suas articulações.

Sobre o movimento popular urbano, Souza (2008, p. 102) conceitua que este movimento, “[...] é o esforço coletivo e organizado da população pobre na tentativa de solucionar a seu favor as contradições engendradas pelo desenvolvimento urbano capitalista”. A autora completa ainda que os movimentos populares urbanos se destacam por estarem ligados diretamente na intervenção das necessidades básicas e melhores condições na qualidade de vida da sociedade em questão. (SOUZA, 2008).

Gohn (1991) relata que estes movimentos, de caráter urbano, dispõem de articulações com três setores para tais processos, que são: o Estado, a Igreja e os partidos políticos.

No que se refere aos movimentos urbanos e o Estado, Gohn vai evidenciar que a “[...] intervenção do Estado no urbano tem a ver com a criação de condições gerais para a acumulação do capital e para a reprodução da força de trabalho [...]” (GOHN, 1991, p.35).

Ainda sobre o papel do Estado no que tange os movimentos urbanos, Jacobi completará que:

Estes movimentos se inscrevem num marco de contradições extremamente complexo que caracteriza a formação dos grandes centros urbanos brasileiros, no contexto do seu desenvolvimento e funcionamento como

grandes aglomerados que viabilizam a reprodução das condições necessárias à continuidade do sistema capitalista. Referem-se à problemática urbana que deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante as novas e sempre crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho gerando uma crescente intervenção do Estado (JACOBI, [198-], p.222).

As vitórias na esfera do Estado pelos movimentos urbanos destacam que as organizações permanecem intervindo nas políticas públicas através de mecanismos para garantia dos direitos urbanos. É notório que a questão urbana ainda se mostra como um dos desafios para ser enfrentado, mas, é através das lutas que se abrem caminhos para o acesso aos direitos urbanos (GOHN, 1991).

Outra articulação citada anteriormente é a Igreja, onde Gohn (1991, p.37) enfatizará que “a atuação da Igreja junto aos movimentos populares sempre se pautou por grandes ambiguidades [...]”. A autora completará ainda que:

[...] a Igreja imprimiu uma direção e um sentido às lutas a partir do trabalho baseado na ação direta, em questões fundamentais para o cotidiano das classes populares. Estas questões passaram a ser vistas sob a ótica dos direitos dos cidadãos, ainda que estes direitos correspondam a uma fase não desenvolvida do capitalismo, por serem direitos ditos tradicionais (à posse, ao abrigo, à proteção) (GOHN, 1991, p.37).

No que se refere aos movimentos sociais, é possível perceber ao longo de sua história, que a Igreja Católica apresenta uma grande influência em tais movimentos, onde os direitos passaram a ser considerados como objetivos a alcançar. Não podemos deixar de falar, dentro da articulação da Igreja, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde estas comunidades dispuseram de uma relevante função no fortalecimento dos movimentos sociais e entre eles, os movimentos sociais urbanos. (GOHN, 1991).

A autora conclui que, em relação aos movimentos sociais urbanos e sua relação com a igreja, “as ações coletivas geradas por estes movimentos têm delineado um novo sujeito histórico a partir do local de moradia e novos campos de eclosão do conflito de classes”. (GOHN, 1991, p.38). No que diz respeito a estes movimentos, Gohn (1991) pontua que em relação ao futuro desses movimentos, tendem a se desenvolverem, o que levaria ao rompimento do comando que a práxis exige junto com a Igreja.

Sobre a última articulação, Gohn (1991) destaca a relação dos movimentos sociais urbanos com os partidos políticos. Para iniciarmos, a autora levanta duas visões sobre esta articulação. “Para alguns, o partido é mais importante, é uma forma

superior. [...], para outros, o movimento deve ser autônomo em relação ao partido [...] e devem se articular com os partidos, como estratégia”. (GOHN, 1991, p.38).

Nota-se que há uma tensão na relação entre os partidos e os movimentos sociais urbanos, onde os partidos políticos possuem uma atuação no que diz respeito a estes movimentos com problemática urbana, “[...] os movimentos populares urbanos não se organizam de costas para o Estado e para os partidos políticos. Ao contrário, esses podem até ser agentes indutores” (GOHN, 1991, p.40).

[...] entendemos também que a falta de referências mais explícitas aos partidos políticos como aliados importantes na luta pela transformação societária expressa a cultura política brasileira, na qual impera ainda uma visão negativa dos partidos, além de estar diretamente relacionada com a crise de representatividade dos partidos políticos da atualidade (GUIMARÃES, 2015, p.736).

Os partidos políticos, a relação movimento-partido, são de grande influência para as lutas que se formam no meio urbano. Gohn destaca ainda que “[...] o que a realidade nos tem revelado é que todos os movimentos urbanos têm suas articulações partidárias” (GOHN, 1991, p.39).

Finalizando os aspectos referentes a estas articulações, podemos perceber que a existência das mesmas nos movimentos sociais é de suma importância para a compreensão da problemática urbana e as lutas e mobilizações que a cercam.

Os movimentos sociais urbanos atuam na perspectiva acerca dos espaços de moradia/habitação. As lutas por melhores condições no espaço urbano afetam diretamente toda a população, visto que a questão urbana influencia o cotidiano e qualidade de vida da sociedade em geral, deste modo, é válido o engajamento dos indivíduos nas lutas e movimentos sobre a questão da garantia dos direitos sobre moradia (SOUZA, 2008).

[...] Os movimentos sociais urbanos geralmente se destacam entre os processos sociais que, ultimamente, de modo contínuo, se fazem presentes nos espaços de moradia, coincidindo muitas vezes com a própria dinâmica das ações comunitárias. Considere-se, por outro lado, que a mobilização da população, com processos de organização que por vezes se estruturam a partir daí, põe em estado de alerta as engrenagens asseguradoras da ordem social. Neste sentido, nas áreas de moradia, hoje, destacam-se também como processo social as ações da política social, que fazem ampliar cada vez mais a ação do Estado sobre os segmentos majoritários da população [...] (SOUZA, 2008, p.13).

Souza (2008) destaca aspectos relevantes acerca do Desenvolvimento de Comunidade (DC) nos movimentos sociais urbanos e sua relação com a política social e os movimentos sociais propriamente ditos.

Antes de analisarmos as duas relações com os movimentos sociais na área urbana, vale registrar aqui o conceito de DC na visão de Souza, onde a autora pontua que:

O desenvolvimento de comunidade é um processo pedagógico de ação junto às comunidades. Historicamente, na prática desse processo, as comunidades sempre se identificaram com os espaços de moradia das populações pobres. Na origem, as suas características e justificativas apontam o rural como espaço próprio dessa prática; atualmente, a sua dominância é o urbano. Um e outro, no entanto, são espaços privilegiados por ela (SOUZA, 2008, p.13).

A função do DC nas áreas de moradia é analisada por dois ângulos: os movimentos sociais que se referem às organizações de toda a população diante das questões e dificuldades encontradas no espaço urbano. A política social é o segundo ângulo que a autora destaca, pontuando que a política social delinea meios e procedimentos de controle que operam de modo direto nas áreas de moradia, ou seja, nos espaços urbanos. (SOUZA, 2008).

Souza (2008) salienta que no que diz respeito ao ângulo dos movimentos sociais, as questões que envolvem a moradia, tornam-se espaços de participação popular, onde a população passa a enfrentar os problemas de caráter coletivo e buscam mecanismos para melhorias urbanas no espaço em que habitam.

A autora ainda acrescenta que sob este ângulo, é salientado que os espaços urbanos se tornam campos prósperos e apropriados para o maior desenvolvimento de lutas. E lutas não somente ligadas ao ambiente físico, mas também em questões gerais ligadas ao conjunto de problemas e insatisfações urbanas, como: escola, transporte, esgoto, água, luz, entre outros fatores deste meio urbano. Para tal, estes movimentos, lutam por melhorias para sanar as necessidades enfrentadas no espaço em que habitam. (SOUZA, 2008).

A respeito do segundo ângulo dos espaços de moradia, Souza destaca o ângulo da política social e sua relação quanto às áreas de moradia.

Sob o ângulo da política social, as áreas de moradia passam a se destacar pelas próprias exigências de consumo formuladas pela industrialização. Esta gera, por um lado, exigências de modernização dos hábitos e costumes em virtude da ampliação do consumo dos bens industrializados, por outro, exigências de preparação e aperfeiçoamento da mão-de-obra em seus aspectos técnicos e disciplinares (SOUZA, 2008, p.15).

A respeito da política social, este é um ângulo que o DC é enfatizado por ser um dos caminhos para as áreas urbanas através da política social, sendo a política social uma marcante parte para as áreas de moradia, tendo como a participação da

população, um fator de grande relevância e destaque para tal desenvolvimento (SOUZA, 2008).

Os movimentos sociais urbanos trazem consigo uma característica ligada na luta pela igualdade e acesso para todos a respeito da qualidade dos serviços e recursos que envolvem a questão urbana, como: a moradia, luz, esgoto, água, enfim, toda esta estrutura ligada a essa problemática urbana. Uma vez que, a sociedade e os indivíduos se reconhecem enquanto participantes diretos do meio onde vivem, o engajamento nas lutas se tornam maior e de grande relevância para estes espaços de moradia. Onde, estas lutas, movimentos e mobilizações são de grande valia e desempenham papéis e mecanismos para o alcance do acesso aos direitos do meio urbano (SOUZA, 2008).

No próximo capítulo, abordaremos sobre a representação das lideranças comunitárias figuras presentes nas regiões e comunidades e presentes também, na maioria das vezes, nas associações de moradores do bairro e a participação comunitária, com enfoque nas questões urbanas.

## 2.2 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No presente capítulo, destacaremos a figura do líder comunitário, figura presente nas associações de moradores e/ou inseridos em conselhos representativos, com enfoque no conselho de habitação. Abordaremos também o conceito de participação comunitária e aspectos relevantes sobre o município de Vitória/ES, onde se localiza o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS).

Segundo Vieira (2002) no que diz respeito à participação, a autora salienta que a Constituição de 1988 foi um dos grandes marcos no que diz respeito à participação da população no envolvimento com a comunidade e destaca que a partir dela, o envolvimento do cidadão nas decisões sobre o espaço público, resultou em maior engajamento “[...] respondendo aos anseios de anos de luta dos movimentos populares.” (VIEIRA, 2002, p.63).

Conforme estabelecido pelo Art. 204 da Constituição Federal de 1988, que diz: “II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1988).

Gohn (2002, p.12) pontua que a participação na década de 90, passou a ser contemplada com uma nova visão, “[...] como participação cidadã, baseada na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado”.

Seguindo sobre a importância da participação e seus objetivos perante uma comunidade, Pinheiro e Borges (2012, p.89) abordam sobre uma figura de grande representatividade nas regiões onde habitam e participam, relatam que “[...] a liderança comunitária tem um papel decisivo no processo de desenvolvimento local [...]”. A imagem do líder comunitário é rapidamente relacionada à Associação de Moradores do bairro, onde, na maioria das vezes, a liderança comunitária é também presidente da Associação de Moradores de um determinado bairro.

A Associação de Moradores é uma organização formal, registrada em cartório, regida por um estatuto que define suas normas e regras de funcionamento, cuja direção é composta por uma diretoria executiva escolhida através de eleições diretas, e a principal atribuição dessas organizações é mobilizar a população em torno de suas necessidades e carências básicas (água, luz, esgoto, saúde, transporte) e encaminhar suas reivindicações aos órgãos competentes. (HERKENHOFF, 1995, p.51).

Consideradas como sendo sem fins lucrativos, as associações de moradores, desempenham um papel de grande relevância para a comunidade e a sociedade em geral. O maior crescimento das associações de moradores nas comunidades se dá no período eleitoral, onde alguns representantes veem a associação de moradores, como uma fonte para o alcance de maior poder. (TEIXEIRA, 2002). Lavieri citado por Herkenhoff (1995, p.53) completa que “o lugar do líder é uma região de poder, é um campo de tensões, disputas e conflitos de interesses”.

Teixeira (2002) enfatiza que existe o desafio de objetivar seu legítimo papel dentro das associações, visto que várias associações “[...] passam a ser trampolins para políticos [...], perdendo sua autonomia e identidade [...]” (TEIXEIRA, 2002, p.88). O autor completa que vários políticos recorrem às associações com o objetivo de praticarem suas campanhas partidárias.

O autor completa que uma das características das associações concentra-se em trazer recursos para toda a comunidade/todo o bairro, a fim de proporcionar melhorias para o desenvolvimento da comunidade e conseqüentemente, para os moradores, objetivando assim, melhores condições de vida e infraestrutura. (TEIXEIRA, 2002).

Sobre a temática das associações de moradores, Gohn (2013, p. 51) descreve que “o movimento de associações de moradores cresceu e diversificou-se”. Este movimento objetiva-se em desenvolver mecanismos de enfrentamentos dos problemas urbanos dos moradores de maneira coletiva, pensando no bairro e/ou comunidade de forma geral. (GOHN, 2013).

Souza (2008, p.216) destaca que “muitas Comunidades Eclesiais de Base e outros grupos de base são formas de reação às associações de moradores ou associações de moradores e amigos do bairro”. A autora pontua ainda que as associações de moradores enfrentam vários desafios, sendo um deles a visão que alguns indivíduos possuem desse espaço, confundindo com espaço de lazer ao invés de espaço de luta e participação da sociedade diante do bairro. (SOUZA, 2008).

Gohn (2013) pontua que as associações de moradores não escaparam da fase da ditadura. Relata que “[...] sofreram com a repressão na fase do regime militar e se tornaram agências de recreação (ruas de lazer) [...]” (GOHN, 2013, p.51). Nesta fase, percebe-se que as associações de moradores ficaram isoladas das demandas de suas comunidades e seus respectivos bairros, visto que, com o período de repressão, os movimentos e mobilizações ficavam fragilizados (GOHN, 2013).

Entretanto, “ao final dos anos de 1970 elas renascem, como centros comunitários, na esteira de revitalização de movimentos que passaram a reorganizar a sociedade civil fora do âmbito dos sindicatos ou partidos [...]” (GOHN, 2013, p.51).

Em vista do que sofreram no regime militar, nos anos atuais, estes movimentos ganharam novas formas, “[...] o movimento comunitário de moradores assumiu um novo perfil, de implantador de inúmeros Projetos Sociais nas comunidades onde atuam.” (GOHN, 2013, p.52).

Para Teixeira (2002, p.87) “as associações podem exercer um papel significativo no campo da construção da cultura política e na mudança de valores da sociedade [...]”. O autor pontua que as associações enfrentam vários obstáculos e desafios na vida cotidiana da sociedade em geral.

O primeiro deles é tornar efetivos os diversos instrumentos que a lei põe a disposição, em grande parte, ainda se quer conhecidos dos seus dirigentes. Para tanto, são enfrentados dois grandes obstáculos: o primeiro é o Poder Político [...], o segundo é o Poder Judiciário, cujo acesso é difícil não só pela cultura burocrática e formalista dos juízes, mas pelo próprio sistema processual. [...] Outro desafio para as associações é provocar o Poder Judiciário, mesmo que as possibilidades de ação não estejam claras. Assim



fizeram, por exemplo, as associações de rádios comunitárias, que, mesmo não tendo ainda a autorização do Ministério para funcionar, requereram aos juízes o direito de ir ao ar, baseadas no direito à livre expressão garantido pela Constituição. Assim fazendo, podem criar uma jurisprudência favorável ao exercício dos direitos coletivos, tendo como sujeitos as associações representativas da sociedade (TEIXEIRA, 2002, p. 87-88).

“Não se pode negar a natureza política das associações de moradores. [...] A associação é órgão basicamente político embora não deva ser partidário”. (SOUZA, 2008, p.218). A autora retrata que a sociedade deve ter ciência do espaço que as associações representam e não tratá-la como um espaço político ou de campanhas eleitorais. Uma de suas principais funções objetiva-se em estar presente e atuante nas demandas comunitárias, de modo que o exercício do poder da comunidade se sobressaia. (SOUZA, 2008).

Para uma efetiva duração das associações de moradores nas comunidades e bairros, devem deixar em evidência para a sociedade seus principais objetivos e princípios. Quando as associações atingem esses objetivos e os tornam nítidos para os moradores, as associações se desenvolvem significativamente. (SOUZA, 2008).

Herkenhoff (1995) salienta a importância do associativismo, no qual as lideranças e a sociedade em geral lutam por seus interesses, onde se criam formas de participação da cidadania neste processo, fazendo com que o povo participe dos projetos e programas que envolvem a comunidade.

Sobre o conceito de comunidade, Pereira (2001, p.145) destaca que “[...] é um agrupamento de pessoas que vivem em uma determinada área geográfica ou território [...]”. O autor ainda relata o termo de comunidade é fácil de ser generalizado e possui vários conceitos e significados. Por ter definições e conceitos amplos, Pereira (2001, p.146) enfatiza que “[...] por isso preferimos analisar o conceito de comunidade pelo viés da participação, da política e das relações de poder”.

O autor ainda salienta que as pessoas que vivem neste espaço, possuem interesses em comum, por vezes, lutando por algum objetivo coletivo, mas, cada cidadão possui suas características individuais. (PEREIRA, 2001).

O “cidadão” é um sujeito crítico que tende a buscar seu próprio bem-estar (a esfera privada) e do grupo (a esfera pública) através do bem-estar da cidade, a polis. Assim, o grupo, a comunidade, a sociedade é o espaço público de encontros e diálogos sobre os problemas privados dos sujeitos e das questões públicas da polis. Transpor o abismo entre o indivíduo e a comunidade é tarefa da Política, o espaço da ágora, lugar da transversalidade do público e do privado, onde os problemas privados (sujeitos) são traduzidos para a linguagem das questões públicas e

soluções públicas para os problemas privados são buscadas, negociadas e acordadas (consenso). (PEREIRA, 2001, p.151).

Herkenhoff (1995, p.36) enfatiza que “[...] o fortalecimento da cidadania são grandes desafios, porque aprender a ser cidadão é um processo de maturação [...]”. A autora ainda destaca que neste processo de cidadania, o foco deverá visar à coletividade e não fatos isolados, aprender na prática a participar nos mecanismos e enfrentamentos dos conflitos em relação à comunidade, em um espaço público.

São perceptíveis as melhorias urbanas nos bairros/comunidades a partir da criação das associações de moradores nos bairros e também dos movimentos comunitários, onde algumas dessas melhorias eram visíveis como o calçamento de ruas por exemplo. As melhorias no espaço urbano agregam a comunidade de forma coletiva e não somente o líder comunitário (HERKENHOFF, 1995).

Pereira (2001, p.146), focaliza que a função do líder nas comunidades, áreas ou regiões “[...] deixa de ser símbolo da lei e se torna demasiadamente presente, concreto e real”.

Herkenhoff (1995) aponta que o líder será localizado no poder local, enfatiza ainda que as associações de moradores se tornam referências destes representantes. A autora enfatiza que as lideranças comunitárias surgiram através das lutas cotidianas por melhores condições de vida, são escolhidas pela sociedade, visto que, o povo deposita sua confiança nos representantes a fim dessas lideranças articularem mecanismos e benfeitorias a favor da população.

O líder é quase sempre entendido como uma espécie de “chefe de um grupo”, pessoa responsável em trazer segurança para sua equipe, desenvolver o espírito de coletividade. Além disso, geralmente é inspirador, um bom ouvinte e comunicador e, por isso, quase sempre, respeitado e admirado pelo grupo que lidera. Um líder comunitário tem papel decisivo no processo de desenvolvimento da comunidade. Se for bem aceito, pode inspirar confiança, admiração, afeição e obediência de seus liderados e, como consequência ter um maior envolvimento e motivação dos moradores para o alcance dos resultados, no caso dos líderes comunitários, dos resultados coletivos. (HERKENHOFF apud BODART; OLIVEIRA, 2012, p. 28).

Pode-se destacar que a imagem do líder comunitário é de representar os desejos de um grupo, desenvolvem um papel de alta relevância a partir do momento em que envolvem os moradores em suas decisões, priorizando sempre, os benefícios para o bairro e conseqüentemente, incentivando a participação de toda comunidade em diversos processos do espaço urbano (HERKENHOFF, 1995).

A “participação pode ser compreendida como um processo no qual homens e mulheres se descobrem como sujeitos políticos [...]”. Brasil (2007, p.70) A participação da comunidade nos projetos de esfera pública é uma das características de grande relevância no processo de participação. A participação está relacionada com o exercício de cidadania, objetivando assim, a contribuição dos cidadãos nos processos decisórios. Brasil (2007).

Souza (2008, p.83) completa ainda que “a participação é requisito de realização do próprio ser humano”. Vale destacar aqui, uma importante análise que Souza (2008) faz sobre a participação:

A participação não é uma questão do pobre, do miserável ou do marginal, é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência. Por esse ângulo, a participação, longe de ser política de reprodução da ordem, é, sobretudo, questão social (SOUZA, 2008, p.81).

Em uma análise sobre a participação, são destacados três pontos importantes que abrem espaços para uma melhor compreensão sobre a participação: participação comunitária, participação popular e participação social. Brasil (2007)

Sobre a primeira análise, a participação comunitária, a autora salienta que este tipo de participação tem por finalidade e intenção, envolver a comunidade, nos trabalhos e participações que envolvem a população. Destaca ainda que entre as décadas de 1950 e 1960, a participação comunitária era compreendida como “[...] controle do Estado em relação aos aglomerados urbanos, como mecanismos de controle social.” (BRASIL, 2007, p.71).

A ideia de “participação comunitária” aparece, nas últimas décadas, em contextos tão diferentes como, por exemplo, a história das comunidades eclesiais de base, experiências pioneiras de administração municipal participativa, ou a atuação de órgãos governamentais no sentido de estimular e normatizar o envolvimento da população em programas específicos de administração pública (VASCONCELLOS; COSTA, 1988, p.63).

Acerca da segunda análise, participação popular, é relatada que “significa a crítica e a radicalização das práticas políticas opositoras ao sistema dominante face ao agravamento das desigualdades sociais”. Brasil (2007, p.71) A autora relata ainda que “[...] a categoria ‘comunidade’ é substituída pela categoria ‘povo’ [...]” (BRASIL, 2007, p.72).

A participação popular teve sua função em destaque no período da ditadura, onde a população atuava contra este regime militar, ou seja, atuavam em favor da

democracia, onde a população lutava pelo acesso e garantia de seus direitos. Brasil (2007)

Na última análise, é enfatizado sobre a característica da participação social, destacando que “[...] a categoria central não é mais ‘comunidade’, nem ‘povo’, mas a ‘sociedade’.” Brasil (2007, p.72). Destaca-se que esta participação, tem seu viés ligado a uma sociedade que lutava pela democracia também, onde seu principal enfoque foi na mobilização de grande destaque no Brasil: “Diretas Já”. (BRASIL, 2007).

Delanos (2011, p.140) pontua que a “[...] participação social é fundamental para que as pessoas sintam-se sujeitos do processo”. Destarte, a participação direta e efetiva da população nas decisões, é de suma importância para analisarmos sua efetividade e representação. (DELANOS, 2011).

“O Brasil se tornou um dos principais laboratórios de experiências e análise de participação social na gestão pública, tendo em vista a proliferação desses arranjos participativos” (CÔRTEZ; GOHN, apud DELANOS, 2011, p.105). Delanos (2011) enfatiza ainda que a participação social é um campo eficaz para que os cidadãos e a sociedade se reconheçam como figuras importantes nos interesses da população.

A representatividade de um líder encontra-se inserida na base da confiança em que a comunidade depositou naquele representante, que se torna porta-voz e figura de autoridade para um determinado bairro e/ou região. O líder comunitário, especificamente, desenvolve funções em prol de melhorias para a comunidade em que está inserido, possui um papel muito importante diante da sociedade, onde estimula a participação dos demais nos projetos que envolvem a comunidade como um todo (PEREIRA, 2001).

Herkenhoff (1995) destaca que as lideranças comunitárias, inseridas ou não nas associações de moradores do bairro, não estão apenas focalizadas em se localizar somente nos bairros em que estão inseridas, pelo contrário, se expandem e fazem parte dos conselhos municipais e buscam uma conexão com outras esferas também, podendo ser municipais, estaduais e/ou federais.

Existem diversas ideias e dimensões acerca dos processos que envolvem as associações, os conselhos e a participação da população em vários campos da

sociedade, “[...] muitas ações coletivas desde 90 têm sido conduzidas por associações e movimentos sociais [...]” (TEIXEIRA, 2002, p.86).

Uma delas é o da participação na deliberação através de conselhos de políticas setoriais. [...] A participação nos conselhos implica o exercício de funções de planejamento e controle, porém muito pouco tem sido feito nesse sentido. Quando funcionam, os conselhos mal têm feito o acompanhamento das ações realizadas pelo Executivo. (TEIXEIRA, 2002, p.86).

Demo (2009, p.18) faz uma análise muito importante sobre a questão da participação, onde diz que “[...] participação é conquista [...]”. Demo (2009, p.19) completa ainda que “[...] participação supõe compromisso, envolvimento [...]”. Assim como a participação, os conselhos também são conquistados através da pressão popular e do envolvimento da sociedade.

A participação nos conselhos resulta em formas de acesso a democratização, onde participar nas decisões e planejamento do conselho se torna um meio de assumir um relevante papel nas deliberações acerca do espaço público. Deste modo, torna-se inegável a importância dos conselhos na vida pública da sociedade, visto que, sua efetividade é uma das maneiras de contribuir para a vida dos cidadãos. (TEIXEIRA, 2002).

No capítulo seguinte, detalharemos com maior enfoque o conceito e a importância dos conselhos gestores, sua participação e contribuição na vida da sociedade. Focalizado de acordo com o tema deste trabalho, que diz respeito ao Conselho de Habitação e suas atuações nas esferas e melhorias urbanas.

## 2.3 CONSELHO DE DIREITOS: INSTÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Neste presente capítulo, abordará o conceito de Conselho e sua importância para a sociedade, incluindo o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) que é o tema deste trabalho. Para darmos início a este capítulo é importante destacar o conceito de conselho. Gohn (2004, p.29) notabiliza que “os conselhos são uma das modalidades para o exercício da cidadania”.

Carvalho ([2013]) pontua que a função da democracia é essencial para a garantia do acesso aos direitos fundamentais, que impactam na estruturação e organização da

cidadania. Ou seja, é notável que os conselhos expandem caminhos para o processo de democratização, visto que, é um campo em que a presença dos cidadãos é de grande relevância.

Rocha citado por Delanos (2011, p.90) retrata “[...] que os conselhos surgem no âmbito da gestão pública, incorporando os cidadãos e suas organizações aos processos decisórios [...]”. Deste modo, a conexão entre a sociedade civil e o Estado atribui margem para o processo de socialização das políticas públicas, tornando-a acessível para todos.

Almeida e Tatagiba (2012) enfatizam que os conselhos gestores de políticas públicas são órgãos e instâncias favoráveis acerca de discussões que dizem respeito à democracia e as relações entre sociedade civil e Estado, onde esta denominada instância requer a participação da sociedade civil nos processos e nas decisões. “Tem exigido que o Estado dê publicidade as suas ações, apresente contas, exponha os critérios que balizam acordos; e, da sociedade civil, tem exigido que se qualifique para essa participação [...]” (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p.73).

Um dos principais pontos da luta política envolvida com a criação e o funcionamento dos conselhos diz respeito à garantia do seu papel deliberativo no interior do sistema das políticas públicas. Compreende-se isso se notamos que o adjetivo “deliberativo” abriga as expectativas de que tais instâncias invertam prioridades, distribuam de forma justa os recursos públicos e promovam direitos, fazendo assim a diferença enquanto instância decisória. Mas, ao mesmo tempo, é também no diagnóstico da sua incapacidade de exercer o papel deliberativo que boa parte dos apontamentos críticos e das frustrações políticas repousa. (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p.79).

Assim como Almeida e Tatagiba (2012) apontam que os conselhos possuem caráter deliberativo, Delanos (2011) pontua que, especificamente, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) do município de Vitória/ES, também possui esta especificidade deliberativa e retrata ainda que com este traço deliberativo, é possível uma discussão maior e profunda sobre as questões que envolvem a política de habitação do município.

Delanos (2011, p. 161) completa que “[...] ao mesmo tempo em que o conselho tem caráter deliberativo ele também atua como órgão consultivo, na medida em que a decisão final acerca dos programas e projetos é do gestor”. Gohn (2002, p.24) pontua que “o fato das decisões dos conselhos terem caráter deliberativo não

garante sua implementação, pois não há estruturas jurídicas que dêem amparo legal e obriguem o Executivo a acatar as decisões dos conselhos [...]”.

Conforme destacado no primeiro capítulo acerca dos movimentos sociais, o surgimento regulamentado dos conselhos de políticas públicas, a partir da Constituição Federal de 1988, possuem viés relacionados com os movimentos e lutas a partir da década de 70, no qual possuem características vinculadas a garantia dos direitos. (RIBEIRO; RAICHELIS, 2012).

Gohn (2002, p. 10) relata que “a forma “conselho” utilizada na gestão pública, ou em coletivos organizados da sociedade civil, não é nova na História [...]”. Ou seja, os conselhos não surgiram agora, eles carregam consigo uma trajetória histórica sobre seus desdobramentos e atuações.

Os conselhos de políticas públicas já atingiram a maioria. Não são mais “experiências” ou “apostas”, termos frequentemente utilizados para destacar a novidade que eles representaram desde que emergiram nos debates constituintes como demanda da sociedade brasileira. Se os conselhos traduziram apostas, hoje refletem conquistas inegáveis do ponto de vista da construção de uma institucionalidade democrática entre nós. (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p.69).

Segundo Carvalho ([2013]), conselho é uma representação que relaciona o Estado com a sociedade para a gestão de políticas de interesse público, os conselhos são esferas que abrem caminhos para maior participação da sociedade, tornando assim, um processo democrático, onde o cidadão possui caminhos e maneiras para intervir na vida em comunidade, em outras palavras, o conselho é um espaço de diálogo entre a sociedade civil e o Estado.

Os conselhos são considerados também ambientes propícios para um desenvolvimento de experiências com viés democrático, fazendo com que a sociedade se envolva nos âmbitos da participação, a fim de incluir esta sociedade nas decisões das gestões urbanas. Destaca-se que os conselhos possuem a função de participar efetivamente na democracia dos interesses públicos. (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012).

Vieira (2002, p.63) enfatiza que a “participação na gestão urbana, nas políticas sociais, pressupõe instrumentos e mecanismos de controles sociais”. Carvalho ([2013]) complementa ainda que os conselhos possuem função de gestor e também de controle social.

Gurgel e Justen (2013) abordam que a figura dos cidadãos inseridos nos conselhos, em seu conceito amplo, ou em fóruns dão margem a uma característica singular de modo que esta característica abre espaço para o “[...] processo decisório público que se assemelha à democracia direta e assume-se como controle social” (GURGEL; JUSTEN, 2013, p.359).

No debate atual sobre os mecanismos de controle social — conselhos e conferências — destacam-se algumas posições: a que considera que esses espaços devem ser abandonados pelos movimentos sociais, por estarem totalmente capturados pelo Estado; a que defende os conselhos como únicos espaços de luta para a conquista de mais poder dentro do Estado; e a posição que julga que tais espaços devem ser tensionados e ainda ocupados pelos movimentos sociais, apesar de reconhecer os seus limites em uma conjuntura de refluxo e cooptação de muitos desses. (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 134-135).

Correia (2002) salienta que existem diversas concepções acerca do controle social, onde destaca duas que são primordiais. A primeira concepção é que “[...] entende controle social como controle do Estado sobre a sociedade” (CORREIA, 2002, p.120). Nesta primeira parte, nota-se que o Estado comanda a sociedade de forma com que a classe dominante, a elite, fosse privilegiada e que obtivesse preferências no âmbito de instalações de políticas sociais. (CORREIA, 2002).

Na segunda concepção, a autora destaca que “[...] entende controle social como controle da sociedade sobre as ações do Estado.” (CORREIA, 2002, p.121). Nesta parte, torna-se perceptível que os interesses da sociedade se sobressaem, onde a sociedade encontra caminhos e mecanismos de fazer o inverso, ou seja, de controlar o Estado beneficiando assim, as classes subalternas. (CORREIA, 2002).

Bravo e Correia (2012, p.147) mencionam que “a efetivação do controle social das classes subalternas está para além a atuação dos segmentos sociais no espaço institucional dos conselhos [...]”. Retratam ainda que para sua maior efetivação, intenta uma maior conexão das políticas que norteiam os interesses desta classe a fim de beneficiar a sociedade como um todo. (BRAVO; CORREIA, 2012).

Ainda sobre o conceito e a função do controle social, Teixeira (2002) completa que seu papel contempla também o desafio de supervisionar as tarefas desenvolvidas pelos órgãos competentes, deste modo então, o controle social controlará e acompanhará o cumprimento ou não de suas atividades.

A associação entre a luta por uma democracia participativa, com a inclusão de toda a população em sistemas universalizados de proteção social, e a organização descentralizada das políticas e serviços, foi a marca da



reforma brasileira dos anos 1980, quando os demais países da região já sofriam as consequências do predomínio da onda liberal e seus modelos de reforma social orientados pela lógica de mercado (FLEURY, 2006, p. 43).

Ao falarmos de cidadania, Telles (2004, p.91) pontua que essa “[...] questão diz respeito às possibilidades de a cidadania se enraizar nas práticas sociais [...]”. Onde o exercício de cidadania é um dos aspectos de grande relevância nestas práticas.

Dagnino (2004, p.104) completa ainda que, “[...] a cidadania organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social [...]”.

[...] a cidadania não apareceu do nada, ela tem uma história, está referida a um conceito preciso. É esse conceito que não está mais dando conta do que acontece agora porque está baseado na idéia de que existem direitos individuais, e hoje, através da luta dos movimentos sociais, há um reconhecimento pleno de que existem direitos coletivos. [...] A cidadania é uma relação entre o Estado e a sociedade civil, entre a esfera pública e a esfera privada (CARDOSO, 2004, p.90).

Soares (2012) enfatiza que a restauração da democracia da sociedade, diz respeito aos aspectos históricos, no qual a prática dos movimentos sociais se destaca, onde a luta e engajamento da sociedade se fortalecem para a garantia e acesso aos direitos incluindo a participação popular.

Almeida e Tatagiba (2012, p.72) salientam que os conselhos devem “[...] funcionar como instâncias de democratização da gestão pública e não restritamente como espaço de disputa entre interesses corporativos das comunidades de política [...]”. Ou seja, os conselhos gestores de políticas públicas devem servir com mais propriedade sobre a questão da democracia e não fazer do conselho um espaço apenas de poder.

Falando em democracia e participação da população nos conselhos, é válido destacar a importância que se dá o espaço que a sociedade civil possui nos conselhos. Onde, esta legitimidade diante da sociedade, passa a visão de uma participação mais ampla, no qual a sociedade se coloca cada vez mais engajada e envolvida nas decisões de caráter público. (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012).

Cumprido destacar, entretanto, que a participação da sociedade civil não pode, nunca, se resumir à participação nos espaços dos conselhos ou outros criados na esfera pública. Até para que essa participação seja qualificada - no sentido exposto acima - ela deverá advir de estruturas participativas organizadas autonomamente na sociedade civil. O chamado trabalho de base é fundamental para alimentar e fortalecer a representação coletiva nos colegiados da esfera pública. Essa esfera pública não pode ser vista como um degrau superior, que surgiu para eliminar ou superar formas

e níveis de mobilização e organização que existiram na sociedade brasileira nos anos 1970/80, pois esta é uma visão etapista, linear e evolutiva. (GOHN, 2004, p. 29).

Gohn (2004, p.23) enfatiza que “o ‘empoderamento’ da comunidade, para que ela seja protagonista de sua própria história tem sido um termo que entrou para o jargão das políticas públicas [...]”. Onde, essa promoção de participação, possui a capacidade de atuar nos processos decisórios que envolvem os projetos e programas das políticas públicas. (GOHN, 2004).

Acerca da dimensão e relevância sobre a atuação e presença da sociedade civil nestes espaços, Gohn (2004, p. 25) relata que “a importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública [...]”. A autora ainda registra que no que tange essa forma democrática das políticas públicas, se dá no sentido dessas políticas não ficarem focalizadas somente nas demandas de caráter de urgência, mas, também as mais diversas e várias demandas existentes na sociedade. (GOHN, 2004).

Conforme já foi destacado, é de grande importância enfatizar que os conselhos surgiram através de muitas lutas dos movimentos sociais e pressões por parte da sociedade civil que tinha como objetivo alcançar a democracia do Brasil. (GOHN, 2002).

A autora ainda retrata que existem diferenças sobre as outras formas e conceitos de conselhos e destaca que estes conselhos se divergem dos conselhos comunitários, populares ou dos fóruns civis não governamentais, visto que, estes são representados somente por membros da sociedade civil, e diferente dos conselhos gestores de políticas públicas que a sociedade civil possui “cadeira” junto com o poder público, nestes outros conselhos e fóruns, a sociedade civil não possui esta característica. (GOHN, 2002).

Entre estes conceitos sobre os diferentes tipos de conselho e suas características, Gohn (2004), pontua que não é viável entendermos tais diferenças, se não compreendermos e entendermos sobre “[...] a reforma do Estado, e para isso, é preciso entender o que são as Organizações Sociais (OSs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)”. (GOHN, 2004, p.27).

As OSs e as OSCIPs são parte de um modelo político e de uma orientação filosófica nos quais o Estado é responsável apenas pelo gerenciamento e controle das políticas públicas e não pela execução das mesmas. O Estado deixa de lado o papel de executor, ou prestador direto de serviços, e passa

a ter função de promotor e regulador. Quem vai executar estas políticas serão justamente as OSs e as OSCIPs, que se constituem e se qualificam como tal - através de um contrato de gestão, no caso das OSs, firmado entre o Terceiro Setor e o poder público; ou através de um desmembramento de parte do próprio poder público, via parcerias com as OSCIPs (GOHN, 2004, p. 27).

Destarte, Gohn (2004) caracteriza estas organizações como “[...] parte de um novo modelo de gestão pública [...]” (GOHN, 2004, p.27), e deste modo, teremos a possibilidade de entender de forma nítida sobre as diferentes formas de conselho e organizações.

Gurgel e Justen (2013, p. 359) salientam que “os conselhos gestores de públicas, em caráter deliberativo, foram inspirados na constituição [...]”, completam ainda que a participação da sociedade civil nos conselhos também foi inspirada através da constituição, sendo regulamentos através desta lei.

Como citado anteriormente, a Constituição Federal de 1988, possui grande relevância quanto ao surgimento e regulamentação dos conselhos, estes que por sua vez, teve um aumento significativo após esta legitimidade, visto que, consistem em leis de esferas municipais e/ou estaduais. Deste modo, os conselhos gestores são instâncias de grande participação e também de representação. (GOHN, 2002).

Gohn e Ferraz citado por Delanos (2011) salientam que a questão da participação da sociedade como forma de representação nos conselhos gestores de políticas públicas são de grande magnitude para o processo de democratização destas políticas, cabe aqui enfatizar que tal democratização, serve de estrutura para a função plena do cidadão participar dos processos decisórios e mais ainda, possibilita “[...] o exercício concreto da cidadania, via a democracia participativa” (GOHN; FERRAZ apud DELANOS, 2011, p.104).

Bravo e Correia (2012) ressaltam que os conselhos desenvolvem lutas coletivas em prol da sociedade, ou seja, não são órgãos isolados da sociedade, pelo contrário, atuam em relação em conjunto para articular programas e projetos nas mais diversas políticas públicas.

De acordo com Bravo e Correia (2012) os conselhos atuam em uma perspectiva na qual suas propostas se baseiam em torno de melhores condições e garantia ao acesso aos direitos da sociedade, bem como, também atuam em áreas na qual abrem espaços para engrenar a questão da participação.

Os conselhos, instâncias obrigatórias para a gestão de políticas públicas, considerados legalmente indispensáveis para o repasse de recursos federais para Estados e Municípios, assumem um caráter estratégico no processo de tomada de decisões, constituindo-se em peças centrais no processo de descentralização e democratização das políticas sociais. (TATAGIBA apud DELANOS, 2011, p.90).

Gohn (2002) retrata sobre as questões da moradia e a atuação dos conselhos na esfera urbana, onde enfatiza que é a partir deste contexto da questão urbana que se destina a função e papel dos conselhos gestores de políticas públicas com enfoque nas cidades, completa ainda que “a gestão da cidade torna-se um ponto estratégico nos projetos políticos dos grupos sociais que lutam pelo poder, no sentido de sua transformação ou manutenção do status quo<sup>3</sup>”. (GOHN, 2002, p. 25).

Um dos pontos importante da análise de Gohn (2002) sobre as relevâncias dos conselhos na área urbana, é que a autora destaca quatro categorias sobre estas instâncias:

1 - Os que se relacionam diretamente à chamada questão urbana, por serem parte integrante do locus que configura o espaço urbano enquanto tal, ou seja: meio ambiente, moradia, etc.

2 - Os que decorrem da prestação de serviços urbanos por setores da administração: saúde, educação, transportes, etc.

3 - Os conselhos que abrangem as políticas focalizadas em grupos etários da população: idosos, crianças e jovens/adolescentes; ou destinados a categorias específicas, como mulheres, grupos étnicos ou raciais, etc. Esses conselhos "localizam-se" no urbano (mas não são exclusivos deles) e atuam sobre problemas sociais que interferem diretamente na qualidade de vida no meio urbano.

4 - Uma quarta categoria é formada pelos conselhos na área da cultura. Apesar de a cultura ser uma das áreas da administração setorial, como uma das secretarias de Estado, ela é mais que um serviço. É uma força motriz que cria e/ou estimula a energia coletiva de uma comunidade e de seus cidadãos. (GOHN, 2002, p.26).

É válido enfatizar nesta seção, o quão importante foi às reivindicações dos movimentos sociais e as lutas por parte da sociedade civil organizada, para o surgimento dos conselhos gestores. Os conselhos são órgãos conquistados pela sociedade com a finalidade de democratizar as ações das esferas que dominam o poder, e desta maneira, abrir lacunas para o maior envolvimento da sociedade civil na gestão pública. (GOHN, 2002).

A autora ainda pontua que “por lei, os conselhos devem ser também um espaço de decisão” (GOHN, 2002, p. 29), para as decisões serem efetivadas de acordo com as legislações regulamentas. A autora ainda completa que as legislações passaram a

---

3 “status quo” é um termo em latim que significa “estado atual”.

regulamentar o viés da participação através dos conselhos de caráter deliberativo e paritário. (GOHN, 2002).

Sobre uma das características dos conselhos gestores, é de alta relevância destacar a questão da paridade, onde Gohn (2002, p.24) analisa que “[...] ela não é uma questão apenas numérica, mas de condições de uma certa igualdade no acesso à informação [...]”.

Stanisci citado por Luchmann (2008, p.91) completam ainda que “[...] a paridade numérica não corresponde a uma paridade política [...]”. A autora ainda complementa que existem ainda muitos desafios na questão da representatividade dos diferentes órgãos e assentos no conselho. (LUCHMANN, 2008).

Gohn (2002) destaca que para os conselhos possuírem maior efetividade e, conseqüentemente, maiores condições no processo de decisão, eles também necessitam de um apoio maior das autoridades, a fim de garantirem a luta pela democracia nos espaços públicos e na sociedade civil. A autora caracteriza estas condições como por exemplo:

[...] aumento efetivo de recursos públicos nos orçamentos e não apenas complementações pontuais de ajustes; eles tem que ser paritários, não apenas numericamente, mas também nas condições de acesso e de exercício da participação, devem-se criar sistemas de qualificação com pré-requisitos mínimos para que um cidadão se torne um conselheiro, principalmente no que se refere ao entendimento do espaço que ele vai atuar, assim como um código de ética e postura ante os negócios públicos; deve-se ter uma forma de acompanhar as ações dos conselhos e de revogar e destituir qualquer membro que não cumpra com suas funções durante seus mandatos – pertencentes à sociedade civil ou ao poder estatal; portanto, o exercício dos conselhos deve ser passível de fiscalização e avaliação (GOHN, 2002, p. 29).

Um ponto importante da análise de Gohn (2002) sobre as gestões das políticas representadas pelos conselhos gestores, é que a autora ressalta que “é preciso entender o espaço da política para que se possa fiscalizar e também propor políticas [...]” (GOHN, 2002, p.24).

Desta maneira, os conselhos passariam a ser vistos de uma forma mais comprometida com o que tange os processos de regulamentação deste órgão. Os conselhos gestores de políticas públicas, assim como os demais conselhos, são órgãos e instâncias de grande relevância para a sociedade civil e para o processo democrático. A complexidade dos conselhos é de suma magnitude, visto que, interfere diretamente nessas relações entre a sociedade civil e o Estado, e com isso,

o cidadão passa a participar efetivamente nas decisões que foram deliberadas por esta instância. (GOHN, 2002).

Quando falamos sobre caráter deliberativo, este termo abre margens para debatermos sobre a democracia deliberativa que “[...] diz respeito aos mecanismos de representação política nos quais havia o envolvimento dos indivíduos, como cidadãos políticos ativos, construtores de consensos [...]” (GOHN, 2002, p.19), no qual essa democracia deliberativa objetiva-se na participação destes indivíduos. (GOHN, 2002).

Mesmo deixando explícito neste trabalho sobre a participação da população nos conselhos gestores, Gurgel e Justen (2013) fazem uma crítica a este processo:

[...] tratando dos conselhos gestores de políticas públicas em geral, que, mesmo com esses espaços abertos ao público, cidadãos que não são conselheiros dificilmente têm direito à voz. Até os suplentes são impedidos de participar livremente das reuniões. Por outro lado, esses chamam a atenção para o recorrente problema da informação. Na maioria dos casos, os atos das plenárias são publicados apenas no Diário Oficial. (TEIXEIRA, SOUZA, LIMA apud GURGEL; JUSTEN, 2013, p.370).

Os conselhos gestores de políticas públicas, presentes na atualidade da sociedade, aparecem como órgãos de presença democrática perante a população e seus representantes, entretanto, sua imagem pode rapidamente ser ligada como viés político, visto que, alguns representantes, em alguns conselhos, possuem articulação com a política, e mesmo com ou sem intenção, acabam levando este posicionamento político para dentro destas instâncias. (GURGEL; JUSTEN, 2013).

Zorzal e outros citados por Delanos (2011) salientam que os conselhos estão inseridos e localizados em locais legítimos a fim de pautarem as reivindicações de modo que possam ser levadas para o Estado para então, concretizarem suas ações de modo legal.

À guisa de conclusão sobre os conselhos gestores, podemos caracterizá-los como um ambiente propício para desenvolver a representação da participação da população e da sociedade civil e mais ainda, promover a deliberação das decisões e processos acerca das reivindicações da sociedade. (LUCHMANN, 2008).

Luchmann (2008) pontua ainda que os conselhos gestores podem ser caracterizados como órgãos capazes de captar as demandas e solicitações dos interesses da sociedade. A autora ressalta que estes espaços de representação

estão cada vez mais adquirindo novos espaços e diferentes formas de representação e participação.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema o papel das Lideranças Comunitárias no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) no Município de Vitória/ES, a fim de discutir a participação comunitária desses representantes no conselho. O tipo de pesquisa é exploratória, e tem como objetivo:

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p.41).

A finalidade deste estudo é analisar os elementos principais dos fenômenos que serão estudados que tem como objetivo geral discutir o papel dos líderes comunitários no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social no município de Vitória/ES.

A pesquisa tem natureza qualitativa, pois permite organizar as categorias a partir de uma amostra das respostas obtidas em entrevista, depoimento, formulário, observação e outros aspectos, “[...] pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (GIL, 2002, p.133).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21-22).

#### 3.2 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Obras e Habitação (SEMOHAB) do município de Vitória/ES com as lideranças comunitárias inseridas no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social. O local, SEMOHAB, é onde se efetiva o CMHIS, como: reuniões bimestrais do conselho, atendimento aos conselheiros, elaboração de atas, realização de contatos telefônicos e outras funções. Na Secretaria de Obras e Habitação, também será utilizada a técnica de observação durante as reuniões do Conselho.



Portanto, a seleção e escolha dos sujeitos da pesquisa será não probabilística pois é de escolha aleatória simples. Os sujeitos entrevistados serão 05 (cinco) conselheiros de habitação, dos 16 membros da sociedade civil, que também são lideranças comunitárias. Enfatizando, o CMHIS possui um caráter deliberativo e se trata de um conselho paritário por possuir a mesma quantidade de representantes nas três divisões, denominadas: membros representantes poder público municipal, membros representantes dos movimentos populares eleitos diretamente pela população envolvida nos projetos e programas habitacionais das áreas de interesse social e órgãos afetos a questão habitacional. (VITÓRIA, 2013).

Sendo 16 representantes de cada órgão, considerando 8 titulares e 8 suplentes, contemplando 48 representantes do conselho, somados ao presidente e ao vice-presidente, perfazendo o total de 50 representantes. A escolha das lideranças se dará pelas seguintes características: tempo de gestão e representação; diversidades como: idade e bairro em que atuam; as diferenças entre um representante suplente e titular; e também será realizada uma entrevista com um representante do Conselho Popular de Vitória (CPV), local onde é um colegiado de lideranças, no qual se encontra todas as lideranças comunitárias do município de Vitória/ES.

Os representantes escolhidos expressam diversidade na composição do CMHIS desta gestão, ou seja, possuem perfis diversificados. Desta maneira, teremos a oportunidade de conhecer as vivências, as funções e expectativas de cada entrevistado sobre o tema proposto, visto que, atuam em diferentes regiões do município de Vitória/ES e com tempos de gestões diferenciados.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos serão dados primários que são aqueles obtidos diretamente na fonte, como é o caso das entrevistas com os sujeitos da pesquisa. O instrumento utilizado para a coleta de dados será a entrevista que é uma técnica que será utilizada nesta pesquisa que tem a função do pesquisador (entrevistador) obter informações do sujeito (entrevistado). A entrevista será semiaberta ou semiestruturada, que é a entrevista parcialmente planejada e será gravada e transcrita. Sobre entrevista, é importante destacar que:

[...] através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (MINAYO, 2002, p.57)

Também será utilizada a técnica da observação participante, que é uma das modalidades da observação, onde o observador se incorpora naturalmente ao grupo da pesquisa (BARROS; LEHFELD, 1990). Contudo, para a realização da pesquisa e do estudo ser efetivado, será utilizado um termo de autorização, ou seja, o sujeito da pesquisa, no caso, as lideranças comunitárias, serão submetidos a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) (Apêndice A), devendo ser este termo, devidamente assinado pelos entrevistados para a realização do estudo. Portanto, será agendado uma data e horário para realização desta atividade.

### 3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Para alcançar os resultados desejados na pesquisa, será necessário o tratamento e interpretação dos dados coletados que deverá ter relação com os objetivos da pesquisa. O tratamento de dados pode ser entendido como:

[...] àquela seção na qual se explicita para o leitor como se pretende tratar os dados à coletar, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto. Objetivos são alcançados com a coleta, o tratamento e, posteriormente, com a interpretação dos dados; portanto, não se deve esquecer de fazer a correlação entre objetivos e formas de atingi-los (VERGARA, 2013, p.56).

Deste modo, pode-se dizer que o tratamento de dados é ideal para atingir a finalidade do projeto, para os objetivos serem alcançados, não pode deixar de ter a devida relação entre os objetivos e a forma que o atingirá.

Na fase do tratamento dos dados, será utilizada a técnica da análise de conteúdo, com características que agregaram os resultados coletados, será realizada a pesquisa com um gravador de áudio para melhor transcrição das entrevistas realizadas com as lideranças comunitárias e deste modo, tais relatos serão utilizados na fase de tratamento de dados, ocultando os nomes destes entrevistados.

É atualmente utilizada para estudar e analisar material qualitativo, buscando-se melhor compreensão de uma comunicação ou discurso, aprofundar suas características gramaticais às ideológicas e outras, além de extrair os aspectos mais relevantes (BARROS; LEHFELD, 1990, p.96).

Esta é uma técnica de pesquisa que tem como principal objetivo possibilitar o estudo da linguagem para descrição dos conteúdos manifestados dos depoimentos dos entrevistados. A análise de conteúdo se configura em um conjunto de instrumentos metodológicos que asseguram a objetividade, sistematização e as influências aplicadas aos mais variados discursos (BARROS; LEHFELD, 1990).

### 3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa será realizada com base no que prevê a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CONEP) que define aspectos éticos de pesquisas que envolvem seres humanos direta ou indiretamente. De acordo com o CONEP, sobre os aspectos éticos, podemos destacar que:

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012, p.05).

O Conselho Nacional de Saúde tem como objetivo,

Prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012, p.04).

Deste modo, após as entrevistas, os áudios serão descartados e os nomes não serão divulgados, preservando assim, a segurança e a imagem do sujeito participante da pesquisa. A presente pesquisa apresenta estar de acordo com as normas éticas, conforme a determinação da Resolução 466/12 do Conselho Nacional da Saúde (CONEP).



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como nossa pesquisa objetiva discutir o papel das lideranças comunitárias inseridas no CMHIS, entrevistamos os Membros representantes de movimentos populares eleitos diretamente pela população envolvida nos projetos e programas habitacionais das áreas de Interesse Social e um membro representante dos órgãos afetos a questão habitacional, ou seja, entrevistamos as lideranças comunitárias de algumas regiões administrativas do município de Vitória/ES e também do Conselho Popular de Vitória (CPV).

Nesta seção apresentaremos os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com as lideranças comunitárias atuantes e representantes do Conselho de Habitação. Foram entrevistados 5 (cinco) conselheiros nos quais denominaremos por forma de números.

Antes de iniciarmos a análise de dados dos conselheiros e lideranças comunitárias, é válido fazer uma contextualização do município de Vitória/ES.

Segundo Herkenhoff (1995, p.37) “o desenvolvimento urbano da cidade de Vitória foi guiado pela lógica dos interesses econômicos e pelo poder do Estado [...]”.

Observamos que a constituição dos movimentos de bairros em Vitória se deu a partir do poder público ou por interferência direta deste, criando associações onde estas não existiam. A legitimidade das lideranças estava condicionada muito mais à sua capacidade de manter um bom relacionamento com o poder público, objetivando obter bens e melhorias para o bairro, do que ao potencial mobilizador dos representados (AFONSO E FERRAZ, apud DELANOS, 2011, p.250).

Para melhor visualização acerca da divisão do município, apresentaremos um quadro a seguir com os bairros de Vitória/ES e suas respectivas regiões administrativas.

Quadro 01 – Lista de Bairros e Regiões Administrativas do Município de Vitória/ES

(continua)

REGIÃO ADMINISTRATIVA	BAIRROS
REGIÃO 1 – CENTRO	1 – Ilha do Príncipe
	2 – Vila Rubim
	3 – Santa Clara
	4 – Parque Moscoso
	5 – Do Moscoso
	6 – Centro
	7 – Piedade
	8 – Fonte Grande

Quadro 01 – Lista de Bairros e Regiões Administrativas do Município de Vitória/ES  
(continuação)

<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>BAIRROS</b>
<b>REGIÃO 2 – SANTO ANTÔNIO</b>	9 – Grande Vitória
	10 – Estrelinha
	11 – Universitário
	12 – Inhanguetá
	13 – Bela Vista
	14 – Santo Antônio
	15 – Santa Tereza
	16 – Ariovaldo Favalessa
	17 – Caratoíra
	18 – Do Cabral
	19 – Do Quadro
	20 – Mário Cypreste
<b>REGIÃO 3 – JUCUTUQUARA</b>	21 – Fradinhos
	22 – De Lourdes
	23 – Jucutuquara
	24 – Cruzamento
	25 – Consolação
	26 – Gurigica
	27 – Horto
	28 – Nazareth
	29 – Romão
	30 – Ilha de Santa Maria
	31 – Forte São João
	32 – Bento Ferreira
	33 – Jesus de Nazareth
	34 – Monte Belo
<b>REGIÃO 4 – MARUÍPE</b>	35 – Joana D'arc
	36 – Andorinhas
	37 – Santa Martha
	38 – São Cristóvão
	39 – Tabuazeiro
	40 – Maruípe
	41 – Itararé
	42 – Da Penha
	43 – Bonfim
	44 – Santa Cecília
45 – Santos Dummont	
46 – São Benedito	
<b>REGIÃO 5 – PRAIA DO CANTO</b>	47 – Santa Luíza
	48 – Barro Vermelho
	49 – Praia do Canto
	50 – Ilha do Frade
	51 – Santa Lúcia
	52 – Santa Helena
	53 – Praia do Suá
	54 – Ilha do Boi
	55 – Enseada do Suá

Quadro 01 – Lista de Bairros e Regiões Administrativas do Município de Vitória/ES

(conclusão)

<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>BAIRROS</b>
<b>REGIÃO 6 – GOIABEIRAS</b>	56 – Maria Ortiz
	57 – Jabour
	58 – Solon Borges
	59 – Aeroporto
	60 – Segurança do Lar
	61 – Antônio Honório
	62 – Goiabeiras
<b>REGIÃO 7 – SÃO PEDRO</b>	63 – Nova Palestina
	64 – Resistência
	65 – Conquista
	66 – Ilha das Caieiras
	67 – Santo André
	68 – Redenção
	69 – São Pedro
	70 – Santos Reis
	71 – São José
	72 – Comdusa
<b>REGIÃO 8 – JARDIM CAMBURI</b>	73 – Parque Industrial
	74 – Jardim Camburi
<b>REGIÃO 9 – JARDIM DA PENHA</b>	75 – Boa Vista
	76 – Morada de Camburi
	77 – República
	78 – Mata da Praia
	79 – Jardim da Penha
	80 – Pontal de Camburi

Fonte: Adaptado (VITÓRIA, 2017)

Para a discussão sobre a coleta de dados, é importante registrar a função do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) do município de Vitória/ES. Segundo o seu regimento interno,

Art. 1º – O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Vitória – CMHIS, criado pela Lei Municipal n.º 5.823 de 30 de dezembro de 2002, com sede e foro no Município de Vitória no Estado do Espírito Santo, é um órgão colegiado de caráter deliberativo, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, que tem por finalidade assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas e projetos habitacionais, propor e deliberar sobre diretrizes, planos e programas da Política Habitacional e fiscalizar a execução dessa política. (VITÓRIA, 2013).

No que diz respeito à composição do CMHIS, de acordo com o regimento interno, de 2013, é um órgão paritário dividido por três poderes: Membros representantes do Poder Público Municipal, Membros representantes de movimentos populares eleitos diretamente pela população envolvida nos projetos e programas habitacionais das

áreas de Interesse Social e Membros representantes de Órgãos afetos a Questão Habitacional. Sendo 25 membros titulares e 25 suplentes. Deste modo, a composição do CMHIS fica instituída como:

- I – Secretário Municipal de Habitação do Município;
- II – Oito membros do Poder Público Municipal:
  - um representante da Secretaria de Gestão Estratégica;
  - um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade;
  - um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
  - um representante da Secretaria de Trabalho e Geração de Renda;
  - um representante da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos;
  - um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
  - um representante da Secretaria Municipal de Fazenda;
  - um membro da Procuradoria Geral do Município.
- III – Oito membros representantes da Sociedade Civil Organizada nas Regiões Administrativas, envolvidos com Movimentos Populares eleitos diretamente pela população a quem se direcionam os programas e projetos habitacionais das Áreas de Interesse Social municipal.
- IV – Oito membros representantes de Órgãos afetos a Questão Habitacional:
  - um membro representante do Órgão Federal - CAIXA;
  - um membro representante do Órgão Estadual - IDURB;
  - um membro representante do Conselho Popular de Vitória - CPV;
  - um membro representante da Câmara Municipal
  - um membro do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM;
  - dois membros representantes do Setor Produtivo:
    - a) um representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo – SINDICON/ES;
    - b) um representante da Associação dos Comerciantes de Material de Construção do Espírito Santo – ACOMAC/ES.
  - um membro do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo/ CREA - ES. (VITÓRIA, 2013).

A seguir, analisaremos os dados coletados através das entrevistas com os conselheiros representantes do Conselho de Habitação.

#### 4.1 TEMPO DE LIDERANÇA COMUNITÁRIA E NO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS)

Sobre este primeiro questionamento, é válido destacar o tempo de liderança e representação no conselho de cada entrevistado, para no decorrer das outras perguntas, ter a possibilidade de articular o tempo de liderança comunitária e representação.

Aqui no Forte São João, desde 1990 que eu comecei a participar mais, de 1990 pra cá. Tinha um senhor aqui que trabalhava na prefeitura, e me convidou pra mim ser vice dele. Ai fizemos a eleição ai e foi naquele período que comecei a trabalhar [...] Como conselheiro, na gestão do João Coser, eu fui o tempo todo, na gestão do LR to ai, se eu não estou enganado, acho



que meu tempo já até venceu. (CONSELHEIRO 1).

O outro entrevistado respondeu que: “desde quando eu mudei para São Pedro, há 27 anos. E desde 2005 participo do Conselho de Habitação. (CONSELHEIRO 2).

Os seguintes entrevistados também relataram as suas experiências enquanto liderança comunitária por um longo tempo, assim como o primeiro e o segundo entrevistado. Os outros entrevistados relataram que: “[...] devo ter uns 20 anos de liderança comunitária [...]” (CONSELHEIRO 3). “Acho que mais ou menos uns 30 anos [...]”(CONSELHEIRO 4).

Bodart e Oliveira (2012) enfatizam que os líderes comunitários inseridos ativamente e efetivamente nas comunidades, passam a imagem de confiança para os moradores e destacam ainda que as lideranças e representantes das comunidades buscam fazer o coletivo.

Podemos notar um tempo aproximado de liderança comunitária entre os quatro entrevistados, aproximadamente entre 20 e 30 anos. Destaque para o tempo de mandato como conselheiro de habitação, visto que, o Conselheiro 1 e o Conselheiro 2, já estão com os mandatos vencidos, o que nos remete a articulação com o Regimento Interno do CMHIS, onde diz que:

Art. 6º - § 1º. Os membros do CMHIS representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada e seus respectivos suplentes, serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para um mandato de 02 (dois) anos, contado da data da nomeação, podendo ser renovado uma única vez por igual período; (VITÓRIA, 2013).

Conforme destacado no regimento interno do Conselho de Habitação, a validade do mandato dos conselheiros destacados (1 e 2), ultrapassam o tempo estimado no regimento de dois mandatos consecutivos. Deste modo, podemos perceber que existe uma falta de articulação com a legislação e a prática referente a este fato destacado. Onde podemos destacar também uma desorganização da gestão eleitoral no que diz respeito ao que está previsto em lei.

Diferente dos outros três entrevistados, por exemplo, que destacaram que: “[...] no CMHIS já estou há dois mandatos, este é meu último mandato, só podemos por este tempo (CONSELHEIRO 3).

“[...] E no CMHIS, tenho três mandatos lá, fiquei afastada por um período que é onde a gente não poderia mais concorrer ao cargo né, tem que dar um tempo. E agora estou no terceiro mandato.”(CONSELHEIRO 4).

O último representante entrevistado informou que seu tempo de liderança comunitária e como conselheiro é de: “2 anos fiquei como liderança comunitária. No Conselho de Habitação, 1 ano, é meu primeiro mandato” (CONSELHEIRO 5).

Podemos destacar diante do exposto da fala do Conselheiro 5, que seu tempo é curto em comparação aos demais entrevistados. Deste modo, se tornou importante à entrevista com este conselheiro para termos uma diversidade na análise dos dados coletados, enfatizando a ideia de buscarmos informações mediante diferentes visões e experiências.

#### 4.2 PARTICIPAÇÃO NAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Considerando o envolvimento dos conselheiros com associações de moradores, foi questionado a respeito da participação dos referidos nessas instâncias e se ocuparam alguma função específica.

Não cheguei a ser presidente não, fiquei só como vice dos presidentes. Só aqui no Forte São João tem duas sociedades. A primeira sociedade aqui ela foi registrada em 1973, chamado Centro Comunitário. Depois foi criada a associação de moradores, na qual eu terminei em 20 de agosto e passei a ser conselheiro em outra chapa junto com o presidente. Sempre fui envolvido na comunidade. (CONSELHEIRO 1).

Acerca de uma outra entrevista, podemos destacar a seguinte informação: “Meu mandato acabou agora, fui presidente até 60 dias atrás e não pretendo me recandidatar, deixei para outras pessoas agora” (CONSELHEIRO 3).

De acordo com o que foi retratado acima, podemos perceber dois tempos e atuações diferentes quanto à presidência da Associação de moradores do bairro, que conforme Herkenhoff (1995) destaca, as associações de moradores é um campo de alta relevância para os líderes comunitários, visto que, é uma instância de participação da comunidade e principalmente, das lideranças comunitárias.

Ou seja, tivemos a possibilidade de observar que o Conselheiro 3 foi presidente da Associação até pouco tempo atrás, 60 dias, e o Conselheiro 1, nunca foi presidente da Associação de moradores, mas, sempre participou ativamente das questões que são relacionadas a comunidade, uma vez que, fazia parte da diretoria da Associação.

Souza (2008) enfatiza ainda que a comunidade deve tratar as associações de moradores como um espaço amplo de participação.

Acerca da participação da comunidade nas associações de moradores, um dos entrevistados salientou algo de grande importância e relação com o que foi discutido no referencial teórico. Onde pontuou que:

Olha, é interessante, às vezes dentro do próprio bairro, você tem várias situações. Você tem pessoas que dependem muito, de tudo. E tem outros que não dependem, que tem condições bem melhores. A participação popular dentro dessa questão de comunidade, ela tem sido bem baixa. Eu fazia reuniões setoriais, fazia por setor. [...] Faço essas reuniões e pergunto: e aí? Você tá precisando de que?. [...] ouço aqui, ouço de lá, e levo as demandas para a prefeitura. O que deixou a gente bastante frustrado, essa minha última passagem na comunidade, é que a prefeitura não conseguiu nos atender em muita coisa. (CONSELHEIRO 3).

Herkenhoff (1995) salienta que após o surgimento das associações de moradores, os bairros e comunidades possuem a possibilidade de visualizar melhorias nos espaços em que vivem, para tanto, é necessário à participação e o envolvimento de todos, para alcançar os objetivos e resultados acerca das melhorias urbanas.

“O povo quer obras. Quer ver a obra dele. Quer a rua dele asfaltada, calçada, resolvido o meu problema, se resolveu ele está satisfeito, se não resolveu ele não tá satisfeito”. (CONSELHEIRO 3).

Durante a entrevista, sem fazer parte do roteiro, mas que é importante destacar o que foi discutido pelo Conselheiro 2, um ponto muito crítico em relação ao CMHIS e a participação popular. Que sinalizou:

[...] era um conselho que não tinha a participação popular das pessoas. Era uma coisa feita assim, pela ideia do próprio prefeito e da secretária. E o que aconteceu com a gente, quando a gente trás um orçamento participativo (OP) para Vitória, eu trago a participação popular, trago a opinião e a ideia das pessoas, e isso é bom para o desenvolvimento da cidade porque é uma intenção de todos. Quando é uma intenção só do prefeito, às vezes não sai da forma que o contribuinte quer né. Então foi muito bacana ter retornado o orçamento participativo para Vitória para que as pessoas participassem e dessem sugestão. (CONSELHEIRO 2).

Acerca do Orçamento Participativo (OP), Bodart e Oliveira (2015, p.26) enfatizam que o OP “[...] constitui-se como um instrumento de gestão pública marcado pela busca da integração da comunidade com a gestão pública [...]”. Podemos relacionar tal conceito com a fala do Conselheiro 2 sobre o orçamento participativo, no qual tem a função de ser um articulador entre a sociedade e demais órgãos autoritários, democratizando assim, as decisões das comunidades.

### 4.3 PARTICIPAÇÃO EM INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO

Neste item, apresentaremos sobre a participação dos entrevistados em outras instâncias de representação. Esta questão levanta um ponto importante para nossa análise, visto que, enfatiza o envolvimento dos representantes do CMHIS em outros canais de participação. Os 5 (cinco) conselheiros e lideranças entrevistadas, responderam que participam de outros conselhos. Entretanto, destacaremos apenas três relatos, uma vez que as outras duas descrições são semelhantes.

"Participo. Fui do Conselho do parque da Fonte Grande por dois anos, fui coordenador do conselho de saúde do Hospital Infantil por três anos". (CONSELHEIRO 2).

"Já estive em vários conselhos. Conselho de meio ambiente, conselho de escola, já estive em vários". (CONSELHEIRO 3).

"Participo sim, sou executiva do Conselho Popular de Vitória (CPV) que rege todas as associações de moradores de Vitória e sou secretária da Associação de pequenos e micros empresários". (CONSELHEIRO 4).

Herkenhoff (1995) completa ainda que as lideranças comunitárias se expandem e buscam fazer parte de outras instâncias e conselhos buscando uma conexão com outras esferas também, podendo ser municipais, estaduais e/ou federais. Esta análise da autora é de grande relevância nesta parte dos resultados, já que está em concordância com os relatos dos entrevistados.

Interessa aqui salientar que a participação em outros conselhos e/ou em outras instâncias e canais de participação, é de suma importância. Conforme foi destacado no referencial teórico, de acordo com Demo (2009, p.19) "[...] participação supõe compromisso, envolvimento [...]". Ou seja, a participação nos processos decisórios que envolvem a comunidade como um todo, requer comprometimento com o papel que desempenha.

### 4.4 SOBRE O ENTENDIMENTO ACERCA DO CONSELHO DE HABITAÇÃO

Para além da característica do CMHIS de deliberação, ele se trata também de um órgão fiscalizador. Termo presente na entrevista com o Conselheiro 1, que quando

questionado sobre o que é conselho em seu entendimento, respondeu que:

Olha, o conselho é um órgão fiscalizador, só que pro meu entendimento, nós como conselheiros, nós precisávamos ter mais apoio das autoridades. O que eu quero dizer é que as firmas que pega o serviço, faz um contrato, mas não justifica na obra o que tá escrito no contrato, e nós como conselheiros quando vamos falar, acham que nós estamos errados. Porque nós não temos um documento para chegar e falar: aqui nós somos conselheiros, você vai me obedecer ou não vai? Eu acho que precisa criar isso pra nós ter mais voz ativa (CONSELHEIRO 1).

Olha, é você levar alguma coisa que possa melhorar pra instituição né. Por exemplo, a secretaria de habitação, ela tem muitas demandas. Ai você também tem que ajudar e levar pra eles alguma coisa que melhore os trabalhos que eles fazem, então esse eu penso que seja o principal: tentar ajudar de alguma forma. (CONSELHEIRO 3).

Carvalho ([2013]) retrata exatamente isso em sua análise, sobre o conselho ser fiscalizador, deliberativo e propositivo, onde pontua também que este órgão impacta diretamente no cotidiano da sociedade. Podemos perceber na fala do Conselheiro 1, que é notável que o conselho de habitação é uma instância de caráter fiscalizador, relacionando assim com o que foi discutido no capítulo anterior.

Conforme foi sinalizado pelo Conselheiro 1 acerca dos documentos para os conselheiros de habitação, podemos observar uma fragilidade no acesso aos documentos e informações necessárias, o que gera um desconforto e descontentamento, uma vez que, o acesso aos documentos e identificações, deveria ser público, já que estamos falando de um conselho gestor de políticas públicas.

O Conselheiro 2, destacou que entende conselho como: “[...] é onde você junta as ideias para fazer um diferencial para aquelas pessoas que precisam, o social. Uns falam filantropia, mas eu não vou por esse lado não [...]” (CONSELHEIRO 2).

Ainda acerca do conceito de conselho na visão dos conselheiros entrevistados, o Conselheiro 4 enfatizou que:

Bom, conselho na minha visão, tipo assim, olhando pelo lado das políticas públicas por exemplo, pra mim, ele é um canal efetivo, um canal efetivo pra você estar trabalhando a participação da comunidade juntamente aos conselhos. [...] O conselho deixa de ser apenas um direito da gente, ele se torna uma realidade. (CONSELHEIRO 4).

Como é o primeiro ano de mandato do Conselheiro 5, vamos observar a seguir, a visão deste representante acerca do Conselho de Habitação.

Pra mim, o conselho é uma novidade, tenho aprendido como eu falei bem claro, eu sou uma criança ali no meio do Conselho, eu tenho um ano só. Eu tenho um aprendizado muito. O conselho é muito importante no desenvolvimento da comunidade, principalmente nas comunidades periféricas. (CONSELHEIRO 5).

Podemos perceber no relato deste representante, que como ele está no primeiro mandato, considera o conselho como um aprendizado, visto que, está em contato direto com representantes e conselheiros que estão há mais tempo no mandato. Entretanto, mesmo que sua participação seja recente, o entrevistado já possui a visão de um conselho com caráter de participação e envolvimento com as comunidades.

Almeida e Tatagiba (2012) pontuam que os conselhos gestores de políticas públicas são instâncias que lutam pela democracia e participação da sociedade nos processos decisórios. As autoras ainda completam que o caráter deliberativo dos conselhos dão margens para questões e discussões acerca das demandas encaminhadas até este órgão.

#### 4.5 PAPEL DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS INSERIDAS NO CMHIS

Nesta questão, destacaremos todas as cinco entrevistas, visto que, este questionamento é o tema principal do trabalho, ou seja, nesta parte abordaremos o papel das lideranças inseridas no CMHIS na prática, de acordo com a vivência e o entendimento de cada conselheiro/liderança.

Quando questionamos quanto o papel das lideranças comunitárias inseridas no CMHIS, os conselheiros entrevistados responderam que:

É ele pegar o que está acontecendo de errado dentro da comunidade e levar pra dentro do conselho pra tentar acertar. Porque o que acontece, o Prefeito é um só, ele não consegue olhar a cidade como um todo. Mas se eu chegar no conselho lá, e chego pra você e coloco o que está acontecendo dentro da comunidade, ou você vai até o local e vai verificar, ou eu vou fazer o seguinte: vou anotar aqui e na próxima reunião, vou tocar no assunto de novo. (CONSELHEIRO 2).

Olha, na realidade, o conselho de habitação ele já tem uma formação que facilita o poder público. Vamos pegar o caso da prefeitura, ela já tem uma quantidade de pessoas dentro do conselho que se minha voz for destoante, eu não vou fazer muito efeito, porque vai ser votado e eu vou ser voto vencido. Mas, mesmo assim, você colocando em ata, você deixando seu parecer, dizendo o que você pensa, mesmo assim eu acho que é importante, mesmo você não tendo esta quantidade de votos para mudar um determinado projeto, para alterar, mesmo assim eu acho que é interessante (CONSELHEIRO 3)

Na realidade, vou falar por mim, eu entrei no conselho pensando na justiça social, porque muitos pensam na individualidade, eu pensei na justiça social, no olhar como um todo, um olhar pela cidade, todos os bairros, não só onde eu resido, mas sim todo o município [...] Neste papel eu vejo necessidade e vejo também que é necessário a gente fazer essa união,

para fortalecer, levar as demandas, principalmente na nossa região, que eu faço parte da região 3, e eu vejo a necessidade e as carências das nossas comunidades de se fortalecer e levar teses lá pra dentro importantes para provocar né, de debater, discutir e arrumar solução para os problemas que tem nas comunidades. (CONSELHEIRO 5).

Diante do que foi destacado pelos entrevistados sobre o papel das lideranças inseridas no Conselho de Habitação, podemos analisar diferentes visões sobre a função do líder comunitário neste órgão. Assim como aponta o conselheiro 4:

[...] então o papel da liderança é superfundamental e eu vou te explicar o porque: veja bem, quando eu participei, eu falava que o único conselho que funcionava no município era o da habitação, [...] mas eu continuo falando que o único conselho que funciona é esse. Eu tenho resultados efetivos em relação a isso aí, até nas demandas que a comunidade necessita. (CONSELHEIRO 4).

A partir dos relatos dos conselheiros, observamos que de fato é de suma importância à participação da sociedade civil nos “assentos” do conselho de habitação, especificamente, visto que, diante do exposto, as lideranças levam as demandas da comunidade para as reuniões do conselho, a fim de buscar solucionar e denunciar tais demandas.

Sobre a entrevista transcrita do Conselheiro 2, onde relata sobre as demandas da comunidade, Herkenhoff (1995, p.51) enfatiza que um dos principais objetivos das lideranças “[...] é mobilizar a população em torno de suas necessidades e carências básicas [...] e encaminhar suas reivindicações aos órgãos competentes”.

Se o líder se comportar bem e tiver amizade com o Prefeito, você ainda com muita dificuldade, ainda faz muita coisa. Mas, precisa que tenha os dois seja bem juntinhos [...], por exemplo, hoje nós temos nosso presidente da Associação de Moradores que já foi vereador, mas, é chocado com o Prefeito em questão de partido e isso cria dificuldades para nossa comunidade e para nós todos. Mas, isso não deveria ser, porque não podia misturar isso com aquilo ali né [...] (CONSELHEIRO 1).

Ainda sobre essa “amizade” com o prefeito, o Conselheiro 3, salientou que:

Olha, não deveria (amizade com prefeito para benefício do bairro) porque o gestor público ele tem que olhar a demanda, se o bairro realmente aquele local precisa daquela obra, ver a prioridade dela e procurar atender o que são prioritários, mas influencia sim. (CONSELHEIRO 3).

Podemos perceber, a partir dos relatos dos entrevistados, a aproximação com o Prefeito e/ou com alguma outra autoridade ser tratada como um benefício para a comunidade ou bairro. As lideranças destacam que não deveria ser desta maneira, mas, é o que acontece na realidade de muitas regiões.

Sobre esta relação, Herkenhoff (1995) pontua que o local que a liderança comunitária é um espaço de conflito de interesses, e por vezes, através de seus

interesses, criam mecanismos com a intenção de trazer benefícios para a comunidade, justificando assim, a relação das autoridades com algumas lideranças.

A legitimidade das lideranças estava condicionada muito mais à sua capacidade de manter um bom relacionamento com o poder público, objetivando obter bens e melhorias para o bairro, do que ao potencial mobilizador dos representados. (AFONSO E FERRAZ apud DELANOS, 2011, p.127).

Sobre o papel da liderança comunitária, foram relatadas algumas experiências, como:

Ser liderança comunitária é uma coisa, estar liderança comunitária é outra coisa. Porque ser liderança é quando aquele que está mexendo, está trabalhando, está envolvido. Agora, estar liderança, é aquele que não está fazendo nada esperando que chegue a eleição para ganhar um dinheirinho [...] (CONSELHEIRO 1).

Ser liderança é buscar fazer o certo né cara, ser correto e transparente. Porque eu acho que ser liderança, é um começo para você também se quiser seguir uma carreira política que a comunidade tenha um conhecimento do seu trabalho, então é o seguinte, eles estão dando uma credibilidade para a pessoa que realmente trabalha dentro da comunidade. (CONSELHEIRO 2).

O líder é sofredor. Ele é um indivíduo que trabalha que faz muito pelo bairro. Pelo menos no meu caso, eu peguei pra fazer realmente, quanto eu consegui, pra mim, não foi suficiente, eu queria ter feito muito mais. Mas, realmente a gente não faz porque a gente depende do poder público pra atender as demandas. (CONSELHEIRO 3).

[...] a liderança comunitária foi eleita, no meu modo de pensar, foi eleita pra poder estar levando as demandas e trazer a administração pública pra vim nas comunidades e eles mesmos não participam, a gente tem uma dificuldade muito grande de reunir. A participação é baixa. (CONSELHEIRO 4).

Nas entrevistas acima, podemos fazer uma alusão ao que foi discutido anteriormente, onde destacamos que a figura da liderança comunitária se caracteriza na confiabilidade que a comunidade depositou naquele representante, a fim de trazer melhorias para o bairro e estimular a participação da comunidade acerca das decisões que serão tomadas por um bem comum. (PEREIRA, 2001).

#### 4.6 SOBRE AS DEMANDAS APRESENTADAS PELA POPULAÇÃO AOS CONSELHEIROS

Neste tópico será analisado o papel do Conselho Municipal de Habitação em relação as comunidades. Observaremos a seguir a fala do Conselheiro 5 acerca da importância do CMHIS na comunidade e as principais demandas apresentadas.

Bastante [reflete na comunidade], porque a partir do momento que eu entrei



no Conselho de Habitação, e o povo descobriu que eu faço parte do Conselho de Habitação, a procura é imensa por diversas coisas, por exemplo: como adquirir sua escritura, como pode fazer pra ter sua escritura particular, se eu posso buscar no conselho o meio mais fácil de o proprietário ter sua escritura, são várias e pequenas demandas ainda que depois que descobriram que eu sou o conselheiro de habitação da região, eu tenho sido procurado muito, então tem refletido sim. (CONSELHEIRO 5).

Sobre esta fala, podemos perceber que mesmo com pouco tempo de mandato e de liderança comunitária, o Conselheiro 5 demonstra ser uma figura ativa em sua comunidade. Onde relata que encaminha as demandas pertinentes ao conselho a fim de buscar soluções para os moradores.

Teixeira (2002) pontua que a participação nos conselhos gestores de políticas públicas tende a beneficiar a sociedade e as comunidades. O autor completa ainda que a participação nestas instâncias dão margens para uma democracia como forma de deliberar as ações, assumindo assim, uma função de suma importância no cotidiano da população.

Gohn (2002) analisa que para uma efetiva democracia e deliberação dos conselhos, é necessário que os representantes tenham conhecimento sobre o espaço em que estão inseridos. Deste modo, os conselhos gestores passariam a ser vistos de uma maneira mais comprometida no que diz respeito às regulamentações referentes a esta instância. Seu papel é grande importância para as comunidades, uma vez que, esta relação entre a sociedade civil e Estado impacta diretamente no cotidiano dos indivíduos/moradores.

Olha, a gente consegue pelo menos levar pra eles, quem tá lá na prefeitura, pelo menos os problemas que a gente tem em um determinada região. No meu caso, levei várias situações que estavam ocorrendo na minha região, para a reunião. Por exemplo: questões como a inobservância da prefeitura de pessoas que invadem áreas de preservação ambiental, por exemplo [...]. (CONSELHEIRO 3).

Podemos analisar na fala do entrevistado que muitas vezes o serviço público fica em “falta” com determinado bairro, mas, ao analisarmos o outro lado, compreendemos que as demandas do município são várias e que por vezes, alguns bairros não são atendidos. Por isso, a figura da liderança comunitária é de grande relevância na comunidade, para encaminhar as demandas ao órgão responsável.

De acordo com Bravo e Correia (2012) os conselhos gestores de políticas públicas exercem um papel de trabalhar de acordo com as propostas que envolvem melhorias para a sociedade em geral, no caso da habitação, melhores condições de moradia e habitabilidade.

Reflete, por exemplo, levamos essa demanda da desocupação de uma área que é ambiental, nós tivemos 90% executados, esses 10% está agora por conta da justiça de tirar essas pessoas que ainda estão no local. Então assim, é porque você faz um trabalho no geral, beneficiando a comunidade em um geral e é aonde você mostra o seu trabalho, então considero benéfico sim. [...] (CONSELHEIRO 4).

Já na fala do conselheiro 4, podemos observar até mesmo uma coincidência sobre as demandas no que se referem as áreas de preservação ambiental. Na fala do conselheiro 3, analisamos uma falha em relação a prefeitura sobre a demanda solicitada, já na fala do conselheiro 4, a prefeitura atendeu a solicitação para outra determinada região de Vitória.

Desta maneira, chegamos a um ponto crítico e comum em relação ao serviço público, onde nem todos os bairros e regiões são beneficiados com os serviços que a prefeitura possui.

#### 4.7 SOBRE A PERCEPÇÃO FRENTE A POSSIBILIDADE DO CMHIS SER UM ESPAÇO PARA UMA PARTICIPAÇÃO EFETIVA

Nesta parte, serão analisados dois relatos dos entrevistados de acordo com seu entendimento sobre a participação efetiva referente ao CMHIS.

Sim, muito bom. Na realidade, a participação efetiva tem sido muito fundamental, porque o grupo hoje que está lá, eu vejo que é grupo muito sensato, povo maduro, experiente [...] eu tenho aprendido muito e ao mesmo tempo tenho ensinado bastante. Porque até a mesma forma de você falar com a liderança que já é experiente e ele te ouvir, já é uma forma de a gente tricotar experiências entre um novato e um veterano. É um resultado positivo (CONSELHEIRO 5).

Tem sim, ele funciona. Ele pra mim hoje, continua sendo o conselho que mais funciona. Ele dá retorno. Por exemplo, as nossas reuniões são no meu horário de trabalho, mas eu saio e vou participar da reunião, se eu vou é porque interessa e vale a pena. Pra mim, tem muita participação sim. (CONSELHEIRO 4).

Com base nestas duas visões sobre a participação efetiva dentro do CMHIS, podemos perceber o que o conselheiro com apenas um mandato entende por participação efetiva e também a segunda visão, que possui três mandatos de representação. Mesmo com a diferença de tempo de gestão, podemos analisar que os relatos expressam sua opinião quanto à participação de maneira positiva.

Delanos (2011) salienta que a participação efetiva referente ao Conselho de Habitação do município de Vitória/ES, se caracteriza também pela forma que os representantes participam desta instância, principalmente aos membros da sociedade civil, que além de estarem representando o CMHIS, estão representando

também suas comunidades. A participação efetiva desenvolve um papel também do processo das reuniões, como convocações, presença ativa, atas e pautas.

Um entrevistado chamou atenção para um detalhe de grande importância para o referido processo:

Antigamente, a gente tinha um calendário para as reuniões, mas hoje em dia, a gente não tem mais esse calendário. Por exemplo, teve uma reunião tempo passado, me ligaram em cima da hora, e eu já tinha um compromisso que eu não podia faltar. Nós já estamos no mês de outubro, ou seja, não vai ter calendário mais esse ano. Porque com o calendário você se programa para ir na reunião. Porque nós não temos uma bola de cristal para adivinhar quando vai ser a reunião. (CONSELHEIRO 1).

Diante da fala transcrita do conselheiro 1, podemos observar que ele faz uma crítica em relação a organização do processo convocatório para as reuniões do Conselho de Habitação. Com esta fala, podemos analisar que a participação pode ficar comprometida. Acerca das reuniões, podemos observar outra crítica na fala de outro entrevistado:

“[...] a gente tinha reuniões mensais, continua tendo, mas agora assim, com essas trocas de secretário e as mudanças locais, demorou um pouquinho pra gente ter nossas reuniões extraordinárias e ordinárias né.[...]” (CONSELHEIRO 4).

De acordo com o regimento interno do CMHIS: “Art. 15º - § 5º. O calendário anual de Reuniões Ordinárias será fixado na primeira reunião de cada exercício” (VITÓRIA, 2013). Segundo a fala do Conselheiro 1 com o regimento interno, podemos perceber uma divergência quanto ao calendário das reuniões.

Delanos (2011) faz uma observação de grande relevância acerca da participação efetiva nas reuniões do CMHIS, conforme veremos a seguir:

A assiduidade às reuniões do conselho é fundamental para assegurar o poder decisório e efetividade dos princípios da democracia participativa. A assiduidade vai assegurar a continuidade ou talvez a capacidade de acompanhamento de todo o processo de discussão. Se não houver uma participação regular nas reuniões, o conselheiro terá dificuldade em acompanhar o debate, o que comprometerá inclusive o papel de repassar as informações para sua base, de discutir com a população os temas que estão em debate no CMHIS. Ou seja, a participação nas decisões ficará comprometida, permitindo que fiquem centralizadas nas mãos de quem está presente (DELANOS, 2011, p.157).

Acerca do que foi retratado no referencial teórico sobre a questão da voz ativa, onde os autores enfatizam que:

[...] tratando dos conselhos gestores de políticas públicas em geral, que, mesmo com esses espaços abertos ao público, cidadãos que não são conselheiros dificilmente têm direito à voz. Até os suplentes são impedidos

de participar livremente das reuniões. (TEIXEIRA, SOUZA, LIMA apud GURGEL; JUSTEN, 2013, p.370).

Ou seja, o direito ao voto será apenas do titular. O que nos remete a fala do Conselheiro 1, que é suplente no Conselho de Habitação: “[...] eu não sou titular, eu sou suplente, [...] muitas vezes, nós não temos uma voz ativa [...]” (CONSELHEIRO 1).

E, de acordo com o regimento interno do CMHIS, sobre a questão do voto, podemos relacionar que: “Art. 16º - Cada conselheiro, no exercício da titularidade, terá direita a voz e voto, cabendo ao Presidente, em casos de empate, o voto de qualidade.” (VITÓRIA, 2013).

Finalizando, Delanos (2011, p.159) destaca que “O caráter deliberativo do CMHIS faz com que a discussão e a definição sobre tudo o que envolve o desenvolvimento da política habitacional do município seja de sua competência.”

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como finalidade discutir qual é o papel das lideranças comunitárias inseridas no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) no município de Vitória/ES. Para que isso fosse possível, resgatamos a história dos movimentos sociais no Brasil a partir do período da ditadura, o papel das Associações de Moradores no processo de participação e por último abordamos sobre os conselhos de direitos.

Além do referencial teórico, esta pesquisa trouxe como uma das possibilidades, as entrevistas realizadas com os principais sujeitos desta pesquisa: as lideranças comunitárias que estão inseridas no CMHIS. Com isto, podemos perceber de maneira mais nítida, o entendimento destes entrevistados acerca desta instância de participação da sociedade civil e do poder público.

Em relação aos objetivos propostos no trabalho, conseguimos abordar de forma clara e objetiva acerca do papel das lideranças comunitárias inseridas no CMHIS, no qual desenvolvem funções importantes em relação a benefícios para as comunidades e regiões. E de acordo com as informações coletadas, tivemos a oportunidade de observar que a inserção da sociedade civil nas instâncias de participação reflete de maneira positiva nas regiões do município.

Acerca das demandas e da atuação das lideranças comunitárias, também obtivemos resultados a partir da coleta de dados, como por exemplo: demanda por infraestrutura urbana, áreas de preservação ambiental e entre outras que abrangem as necessidades primordiais da comunidade, e com isso a atuação de uma liderança comunitária ativa na região, se torna um elemento muito importante para o desenvolvimento do bairro.

A partir da percepção dos entrevistados, podemos observar que alguns direitos, infelizmente ainda estão fragilizados e seu acesso vistos como um “favor” que algumas autoridades tratam este acesso aos direitos básicos e fundamentais para a sociedade e com o conselho em si, deixando de lado que é um espaço de luta e participação popular.

Com este estudo foi possível compreender aspectos relevantes acerca das lideranças comunitárias e o papel que elas desenvolvem em suas regiões. Enfatizam

ainda que a participação popular é de suma importância para as decisões da comunidade.

Foi possível observar no decorrer da análise de dados, o papel das lideranças comunitárias na prática, tanto no bairro em que habitam, quanto no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social. Algumas precariedades foram destacadas, mas, também enfatizamos a importância e o comprometimento destes representantes com as comunidades que estão representando. As demandas levadas até o CMHIS refletem uma preocupação com o bairro e com os moradores, uma vez que, quando se leva uma demanda até o órgão competente, espera-se a solução da mesma.

Almejamos que as abordagens e reflexões realizadas neste Trabalho de Conclusão de Curso, sejam capazes de agregar maior esclarecimento e compreensão sobre as lideranças comunitárias inseridas no CMHIS, efetivamente. E, esperamos ainda, que a visão crítica sobre os processos de decisões e articulação entre a sociedade civil e Estado, se prevaleça.

Por fim, concluo enfatizando que este trabalho agregou no meu processo de formação, uma vez que, conclui meu estágio obrigatório e não obrigatório na Secretaria de Obras e Habitação, mais especificamente, no CMHIS, local tema desta pesquisa. Esta pesquisa abriu caminhos e possibilidades para maior conhecimento sobre o papel das lideranças comunitárias nas comunidades e no Conselho de Habitação, e com isso, me permitiu aprender com maior clareza sobre a política habitacional do município de Vitória/ES.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 109, p.68-92, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a05n109.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.

BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida Souza. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. **Formação de conselheiros em direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução Nº 466, de 12 de Dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº109, p.126-150, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a08n109.pdf>> Acesso em: 07 de out. 2017.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella**. 14 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BODART, Cristiano das Neves; OLIVEIRA, Elisangela Lemos de. A atuação e o papel do líder comunitário e do delegado no orçamento participativo: a experiência de Vila Velha/ES. **Revista Alabastro**, São Paulo, v.2, nº 6, p 23-44, 2015. Disponível em: < <http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/111>> Acesso em: 06 de out. 2017.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos Movimentos Sociais. In: DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 91-102.

CARVALHO, Maria do Carmo. **Curso básico de formação de conselheiros gestores de políticas públicas**. Vitória, [2013].

CORREIA, Maria Valéria Costa. Que controle social na política de Assistência Social?. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 72, p. 119-144, 2002.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: \_\_\_\_\_. **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 103-118.

DELANOS, Flaviane Cristina de Oliveira Ferreira. **Participação popular na política municipal de habitação no município de Vitória/ES**. 2011. 278 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Vitória, 2011.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Questão Social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, Minas Gerais, Nº04, p. 7-10. 2014. Disponível em: < <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista%20cressmg%204.pdf>> Acesso em: 27 de ago. 2017.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil**: do acesso à moradia ao direito à cidade. Justiça Social e Democratização, Buenos Aires, p. 1-18, 1 á 4 ago. 2012. Disponível em: < [http://www.observatoriodasmetrosoles.net/download/artigo\\_reginaferreira\\_isa.pdf](http://www.observatoriodasmetrosoles.net/download/artigo_reginaferreira_isa.pdf)> Acesso em: 26 de ago. 2017.

FLEURY, Sonia. Democracia, descentralização e desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil e Espanha. São Paulo: Editora FGV, 2006. p. 23-75.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Cadernos Metrôpole**, n. 7, p. 9-31, 2002. Disponível em: < [http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/029/original/cm7\\_29.pdf?1474650639](http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/029/original/cm7_29.pdf?1474650639)> Acesso em: 04 de out. 2017.

\_\_\_\_\_. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**. v. 13, n. 2, p.20-31, 2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>> Acesso em: 02 de out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Minas Gerais, p. 333-361, maio-ago, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>> Acesso em: 25 de ago. 2017.



GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 721-745, out/dez, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0721.pdf>> Acesso em: 09 de set. 2017.

GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. Controle social e políticas públicas: a experiência dos conselhos gestores. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.357-378, mar/abr, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v47n2/v47n2a04.pdf>> Acesso em: 02 de out. 2017.

HERKENHOFF, Maria Beatriz de Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1995.

JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos sociais urbanos no Brasil**. [S.l.: s.n., 198-].

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Participação e representação nos conselhos gestores e orçamento participativo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, nº 52, p. 87-97, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n52/a07v2152.pdf>> Acesso em: 10 de out. 2017.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. O PT e o impeachment de Collor. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, nº 2, p. 542-568, Nov, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a10v16n2.pdf>> Acesso em: 02 de out. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. 2.ed. Belo Horizonte: Vozes, 2001.

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho; BORGES, Ricardo Cesar de Oliveira. A importância da liderança comunitária no processo de desenvolvimento local. **Revista GeoUECE**, Fortaleza/CE, v.1, nº1, p.78-94, dez, 2012. Disponível em:< <http://seer.uece.br/?journal=geoece&page=article&op=view&path%5B%5D=421&path%5B%5D=517>> Acesso em: 03 out. 2017.

RIBEIRO, Natalina; RAICHELIS, Raquel. Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 109, p.45-67, 2012. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a04n109.pdf>> Acesso em: 01 de out. 2017.

SALLUM JUNIOR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O Impeachment do presidente Collor: A literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p.163-200, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf>> Acesso em: 02 de out. 2017.

SILVA, Walter Alves da. **O Serviço Social no Programa de Regularização Fundiária do município de Vitória/ES**. 2016. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SOARES, Giselle Silva. Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n 109, p. 31-44, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a03n109.pdf>> Acesso em: 10 de out. 2017.

SOUSA, Regina Sueli de.; CASTRO, Alessandra Gomes. Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Serviço Social no Brasil. In: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS. 24 ago. 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** 2013. Disponível em: < <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Movimentos-Sociais-Direitos-Humanos-e-SS-no-Brasil2.pdf>> Acesso em: 26 de ago. 2017.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel político das associações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 72, p. 71-90, 2002.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.91-102.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Protesto e Democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade**. 1.ed. São Paulo: Paco, 2017.

VASCONCELLOS, Heraldo; COSTA, Esdras Borges. Participação Comunitária. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, p. 63-66, abr/jun, 1988. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rae/v28n2/v28n2a10.pdf>> Acesso em: 27 de set. 2017.

VERGARA, Sílvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Serviço Social e Sociedade: Modernidade, sombras e lutas**, São Paulo, nº 64, p. 34-56. 2000.

VIEIRA, Jane Eyre Gonçalves. Educação para a sustentabilidade: um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental nas cidades. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 72, p. 62-70, 2002.

VITÓRIA. **Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS**. Vitória, 2013.

VITÓRIA. Decreto Nº 16.993 de 30/03/2017. **Diário Oficial do Município de Vitória**, Edição n. 661, 30 de março de 2017. Disponível em: <<http://diariooficial.vitoria.es.gov.br/ExibirArquivo.aspx?qs=qWdXNT75uq4jT8sAXHV4YcKe8SoLZJ3dDifTaxRwv%2fkTq2%2f08j9RDCzsKhIVvmB0Zi%2f2pT3g5ubRfg3EwY9aOyyRVtneN6DbECP161U0LIU%3d>> Acesso em: 18 out. 2017.

VITÓRIA. **Vitória em Mapas**. Junho de 2017. Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/temas.asp>> Acesso em: 25 out. 2017.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da Pesquisa:** O Papel das Lideranças Comunitárias no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) no município de Vitória/ES.

**Pesquisador professor responsável:** Juliane de Araújo Barroso / RG: \_\_\_\_\_/  
Contato telefônico: XXXXX-XXXX/ Email: \_\_\_\_\_

**Aluno pesquisador:** Natália da Silva Teixeira/ Contato telefônico: xxxxx-xxxx/ Email:  
\_\_\_\_\_ -

**Natureza da pesquisa:** Discutir o papel das Lideranças Comunitárias no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) no município de Vitória/ES.

**Sujeitos participantes da pesquisa:** Líderes Comunitários.

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, cuja intenção é discutir o Papel das Lideranças Comunitárias no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) no município de Vitória/ES.

Sua colaboração é de fundamental importância para a realização desta pesquisa. Cabe destacar que não se trata de uma participação obrigatória e isto não acarretará custos ou danos aos sujeitos participantes desta. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento, sua recusa não trará prejuízo ao pesquisador ou a instituição.

A participação dos sujeitos será através de: entrevista semiaberta, com um roteiro que dará margem para perguntas e respostas abertas e a observação participante, onde o observador se incorpora natural ou artificialmente ao grupo ou comunidade pesquisados.

Certificamos que posteriormente a finalização da pesquisa, os dados obtidos serão

destruídos, evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados. As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo absoluto. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação.

A pesquisa será convertida em um Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Serviço Social do Centro Universitário Católico de Vitória, preservando seu anonimato e, posteriormente, poderá ser publicada em forma de artigo científico, bem como apresentada em congressos e similares.

O participante da pesquisa receberá uma via de igual teor e forma do documento por este assinado, onde constam informações sobre a pesquisa, os contatos do pesquisador principal e da estudante pesquisadora, com quem poderá esclarecer dúvidas sobre a pesquisa e sobre sua participação em qualquer momento da realização da mesma. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Católico de Vitória.

### **Consentimento do Sujeito participante da pesquisa**

Eu, \_\_\_\_\_,

declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar da pesquisa. Declaro estar ciente e esclarecido sobre pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA – LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

#### **DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Cidade/ Estado onde nasceu: \_\_\_\_\_

Profissão ou ocupação atual: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

#### **1 QUANTO A POLÍTICA E O CONSELHO DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

1.1 Quanto tempo é liderança comunitária? Quanto tempo atua no conselho de habitação?

1.2 É presidente da Associação de Moradores do bairro?

1.3 Participa de outras instâncias?

1.4 O que entende por conselho?

1.5 Qual o papel da liderança comunitária no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social?

1.6 Ser parte do CMHIS reflete em algo no seu bairro ou na sua comunidade? Se sim, de qual maneira?

1.7 Na sua análise, o CMHIS tem espaço para participação efetiva?

1.8 Quais são as principais demandas apresentadas pela população ao CMHIS?